



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**A SOCIEDADE CIVIL E A INTEGRAÇÃO CULTURAL: ESTUDO SOBRE O
MOVIMENTO *FRONTERAS CULTURALES* NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI**

BRUNO CÉSAR ALVES MARCELINO

Foz do Iguaçu
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**A SOCIEDADE CIVIL E A INTEGRAÇÃO CULTURAL: ESTUDO SOBRE O
MOVIMENTO *FRONTERAS CULTURALES* NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI**

BRUNO CÉSAR ALVES MARCELINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Profa. Dra. Senilde Alcântara Guanaes

Foz do Iguaçu
2018

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

M314

Marcelino, Bruno Cesar Alves.

A Sociedade civil e a integração cultural: estudo sobre o movimento *Fronteras Culturales* na fronteira Brasil- Uruguai / Bruno Cesar Alves Marcelino. - Foz do Iguaçu, 2018.

94 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2018.

Orientador: Senilde Alcântara Guanaes.

1. Integração Latino-Americana. 2. Fronteiras - Brasil. 3. Cultura. 4. Política Cultural. 5. *Fronteras Culturales*. 6. Fronteiras - Uruguai. I. Guanaes, Senilde Alcântara. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA. III. Título.

CDU 341.222:304(81+899)

BRUNO CÉSAR ALVES MARCELINO

**A SOCIEDADE CIVIL E A INTEGRAÇÃO CULTURAL: ESTUDO SOBRE O
MOVIMENTO *FRONTERAS CULTURALES* NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Senilde Alcântara Guanaes
UNILA

Prof. Dr. André Luis André
UNILA

Profa. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro
UFPeI

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2018

Essa dissertação é dedicada à minha mãe,
Angela Maria Marcelino,

por ser o pilar do que sou hoje, por dedicar-se
todos os dias para ser possível a construção do
homem em que me tornei.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos relembram a minha trajetória de vida, primeiramente a minha família, em especial a minha mãe, por ter se doado diversas vezes para oferecer o bem-estar possível. Inclusive se privando de várias coisas para nos garantir a comida do dia-a-dia, a compra dos materiais escolares, os presentes em datas especiais, gestos que jamais serão esquecidos.

Agradeço aos docentes/amigos das minhas escolas primária e secundária, Escola Estadual Professor Silvio de Araújo e Escola Estadual Professor José Cardoso respectivamente, que me apoiaram sempre que eu precisei, fazendo com que nunca desistisse de meus sonhos e possibilitando, por meio de ferramentas e palavras, tornar viáveis as minhas conquistas. Desde o meu envolvimento com o grêmio estudantil, com o programa Escola da Família, o apoio nas rotinas administrativas e escolares de forma voluntária, inclusive em turnos integrais, a eleição como vereador Jovem, entre tantas outras.

Todas essas atividades abriram os meus olhos para um mundo além da periferia em que cresci, me afastaram do cotidiano uso dos ilícitos, tão próximo e que atingiram muitos dos meus amigos. Menciono aqui alguns nomes, a minha amiga Nádia Ribeiro que me acompanha desde a primeira série; as professoras Catarina Leite, Maria Beatriz, Alessandra Cardoso, Shirley Gomes, Zuleika Freschi, Camila Vitti, Lenita Melhado, Mirian Dias, Luiz Cupido por todos os ensinamentos; em especial a professora Yolanda Parente Seraphim por todo o apoio dedicado e principalmente por sempre acreditar em mim; as diretoras Vera Maria, Aurea Muccillo e Maria Rossi.

Já na formação superior, meus agradecimentos vão para todos os docentes e amigos que fizeram parte deste processo tão importante e valioso. Da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), aos professores Alexandre Carvalho, Ana Rodrigues, Angêla Ribeiro, Carla Rodrigues, Clóvis da Rolt, Denise Moser, Everton Fêrrêr, Gabriel Chati, Ida Marins, Jeferson Selbach, Maria de Fátima Ribeiro, Maurício Vieira, Sandro Mendes, Thomas Silva e Vagner Cunha; em especial para a minha orientadora da graduação Vera Maria Guimarães pelo tempo dedicado ao meu projeto e todo o ensinamento e ao meu tutor no Programa de Educação Tutorial Produção e Política Cultural e amigo Alan Dutra de Melo.

Aos amigos que a UNIPAMPA me doou, Agnaldo Mesquita, André Costa, Cintia Terra, Damaris Lima, Ícaro Inchauspe, Juliana Porto, Kenya Martins, Luma Reis, Miriel Bilhalva, Raicilane Santana, Rocheli Predebon, Rodrigo Segóvia, Rubén García, entre tantos outros que fizeram e/ou ainda fazem parte da minha vida, seja em projetos, boas conversas, viagens e que deixam a minha vida mais feliz. Em especial ao Isac Morais Lages e a sua família, que durante quatro anos foi meu companheiro onde compartilhamos momentos bons e ruins, obrigado por tudo!

Na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pude compreender a América Latina como um grande projeto, uma grande família latino-americana. Aqui criei e ainda crio constantemente laços sociais de amizade e companheirismo, esses laços foram os responsáveis pela conclusão da minha formação e desta dissertação. Primeiramente o meu agradecimento será para a minha orientadora e amiga Senilde Alcântara Guanaes, por todo apoio, conversas, jantares, acolhimentos, que foi me dado. A minha grande amiga e segunda mãe nessa tríplice fronteira Lourdes Lopes, que me acolheu nos momentos mais difíceis, com conversas, almoços, jantares e muitos filmes. Aos amigos e professores, Jeguá Jeguá'ju, Domingos Alves, Gerson Meneses, Karen Pozo, Silvina Sosa, Paula

Constante, Ronaldo Silva, Shyrley Peña e Virginia Goés, dentre os grandes amigos, destaco Aracelli Bianchin, Guilherme Cruz, Manuella Sampaio, Rafael Teixeira, Suziellen Graças e Tania Ravera, obrigado por terem tornado a minha estada em Foz do Iguaçu mais legal, feliz e divertida, por todas as palavras, parcerias e convivências.

Agradeço aos irmãos e irmãs do Lar de Luz e a minha equipe espiritual que emanam diariamente boas energias que me ajudam a seguir, com sabedoria, humildade e de cabeça erguida. Aos meus amigos do Paraguai, Ariel Sanchés e Blás Liuzzi, por todas as caminhadas, tererês, conversas e integrações diversas.

Finalizando, os últimos agradecimentos, a minha banca de qualificação e defesa, os professores Maria de Fátima Bento Ribeiro e André Luis André que me ajudaram a construir esta dissertação, por meio das importantes considerações e proposições, as discussões emanadas das bancas permitiram uma ótima reflexão sobre o papel social deste trabalho, a vocês o meu muito obrigado!

.

Marcelino, Bruno César Alves. **A Sociedade Civil e a Integração Cultural**: Estudo Sobre o Movimento *Fronteras Culturales* na Fronteira Brasil-Uruguai. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

A presente dissertação propõe efetuar uma análise sobre o processo de integração na fronteira sul do Brasil com o Uruguai, tomando como enfoque a integração cultural de base, atribuída à sociedade civil e aos seus processos socioculturais de integração. Como objeto, delimitou-se o estudo das ações criadas no âmbito do movimento *Fronteras Culturales*, que teve início em meados de 2010 nos municípios fronteiriços do estado do Rio Grande do Sul no Brasil com o Uruguai. Será analisado a atuação tanto do Estado quanto da sociedade civil e seus processos socioculturais de integração, por meio dos conceitos teóricos centrais de integração, integração cultural, territórios, cidades, fronteiras e políticas públicas, utilizados para nortear as discussões e as compilações dos dados colhidos. O método aplicado nesta pesquisa teve como enfoque o caráter documental e de incursões teóricas que visando contribuir com o debate, ainda escasso, sobre processos e fenômenos sociais em áreas de fronteiras. A análise possibilitou questionar principalmente a participação massiva do Estado em projetos que até então eram promovidos pela sociedade civil, colocando em destaque os aspectos positivos e negativos desta intervenção.

Palavras-chave: Integração Cultural. Fronteira. Cultura. Políticas Culturais. *Fronteras Culturales*.

RESUMEN

Esta tesis se propone hacer un análisis sobre el proceso de integración en la frontera sur de Brasil con Uruguay, tomando como enfoque la integración cultural de base, atribuido a la sociedad civil y a los procesos de integración socio-cultural. Como objeto, se delimitó el estudio de las acciones creadas en el ámbito del movimiento *Fronteras Culturales*, que tuvo inicio a mediados de 2010 en los municipios fronterizos del estado del Río Grande del Sur en Brasil con lo Uruguay. Será analizado la actuación tanto del Estado cuánto de la sociedad civil y sus procesos socioculturales de integración, por medio de los conceptos teóricos céntricos de integración, integración cultural, territorios, ciudad, fronteras y políticas públicas, utilizados para nortear las discusiones y las compilaciones de los datos colhidos. El método aplicado en esta investigación tuvo como enfoque el carácter documental y de incursiones teóricas que visando contribuir con el debate, aún escaso, sobre procesos y fenómenos sociales en áreas de fronteras. El análisis posibilitó cuestionar principalmente la participación massiva del Estado en proyectos que hasta entonces eran promovidos por la sociedad civil, colocando en destaque los aspectos positivos y negativos de esta intervención.

Palabras clave: Integración Cultural. Frontera. Cultura. Políticas Culturales. *Fronteras Culturales*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A INTEGRAÇÃO CULTURAL EM CIDADES DE FRONTEIRA	24
2.1 INTEGRAÇÃO, CULTURA E FRONTEIRA.....	24
2.2 REGIÃO, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DA FRONTEIRA.....	29
2.3 O PAPEL DA CIDADE NA FRONTEIRA	35
2.4 A FRONTEIRA SUL BRASIL-URUGUAI	41
3 O MOVIMENTO FRONTERAS CULTURALES.....	47
3.1 HISTÓRICO E AÇÕES DESENVOLVIDAS	49
3.2 A CULTURA NO DESENVOLVIMENTO GLOBALIZADO	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS.....	77

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa colocar em estudo algumas das diversas inquietações que ocorrem em sujeitos que vivem, convivem e estudam as regiões de fronteira, considerando seus aspectos peculiares e singulares nas áreas econômica, social e cultural, com vistas a refletir sobre os processos de integração na perspectiva cultural.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina - ICAL da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, propus como temática inicial de pesquisa, estudar as relações das organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas culturais na fronteira Sul do Brasil com o Uruguai, verificando suas ações e atividades na região, a atuação destas nas políticas culturais, a relação com as comunidades locais entre outros aspectos.

Partindo-se da constatação, presente na literatura das Ciências Sociais, em geral, sobre a atuação do Estado¹ na economia capitalista, no contexto neoliberal, em que predomina a ideia de que o Estado deva intervir o mínimo possível na economia e no desenvolvimento social e cultural da sociedade. E que entre o Estado e o mercado, se encontra o terceiro setor, que atua de forma preponderantemente nas lacunas deixadas pelo Estado e com grande participação do mercado. Assim, o terceiro setor, relaciona-se, antes de mais nada, ao seu grande potencial de gerar a transformação social, atuando de forma organizada pela mediação de ações desenvolvidas em parcerias entre setores da comunidade local e setores do Estado, em programas que compreendem principalmente, as áreas sociais como: educação, cultura, saúde, meio ambiente, economia solidária, entre outras (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999).

Também levando em consideração que o Estado vem perdendo a capacidade de sintetizar e administrar as crescentes demandas sociais, devido a maior complexidade da sociedade atual, a sua constante diversificação e a ampliação de seus interesses sociais e culturais (BETTONI; CRUZ, 1999).

¹ A análise do Estado estará centrada também na perspectiva que descreve Boaventura de Sousa Santos em seu texto *Refundación del Estado en América Latina*. Onde há o avançar do novo constitucionalismo pelas democracias da América Latina e uma nova configuração entre Estado e a sua relação com a sociedade civil (SANTOS, 2010).

O desenvolvimento da pesquisa, em contato com as literaturas que versavam sobre os aspectos sociais, culturais e econômicos das regiões de fronteira, a importância da sociedade civil para a integração destas regiões, a participação do Estado na implementação de políticas integracionistas e de identidade nacional, levaram o pesquisador a refletir e reorganizar seu objeto de pesquisa, privilegiando as políticas de integração cultural desenvolvidas com a participação da sociedade civil, mas por meio de grupos e movimentos sociais, e não somente a sociedade civil organizada e formalmente constituída, como anteriormente escolhido.

As crescentes e cada vez mais presentes ações de integração originárias da sociedade civil que coabitam as regiões de fronteira são influenciadas pela forma com que o capital e a globalização estão avançando cotidianamente também nessas regiões “O debilitamento do Estado nacional e a crescente influência das corporações supranacionais propiciam a ascensão de movimentos comunitários supranacionais” (ABDALA JUNIOR, 2002, p. 27).

A partir do quadro acima descrito, optou-se por escolher como objeto principal de pesquisa o Movimento *Fronteras Culturales*, a escolha surgiu através do interesse do pesquisador pelos recentes acontecimentos ocorridos na e/ou sobre a região da fronteira sul, como a carta final da Conferência de Cultura de Fronteira/Seminário de Integração Cultural Brasil-Uruguaí, que traz como principal conclusão a importância da participação da comunidade e de seus agentes culturais e sociais na promoção da integração regional da fronteira, que vem ocorrendo de forma protagonizada. A criação/manutenção das Comissões Binacionais de Fronteira que são integradas por representantes governamentais e não governamentais e também do Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguaí, tem como objetivo promover o desenvolvimento de projetos e eventos locais, dando visibilidade ao processo iniciado nas zonas de fronteira na área cultural, assim como garantindo a ampliação das discussões e concretização de projetos que incluam a participação da comunidade (ALMEIDA, 2010).

O tema e o local geográfico não foram escolhidos de forma aleatória, conforme demonstrado no último parágrafo, mas sim por uma ligação social e cultural do pesquisador com a temática e principalmente com a região fronteiriça. Cabe destacar que essa vivência iniciou no ano de 2012 em Jaguarão/RS lado brasileiro da fronteira entre os dois países, quando este ingressou no curso de bacharelado em Produção e Política Cultural da

Universidade Federal do Pampa, a vivência do pesquisador se estendeu até o final do ano de 2015, quando este concluiu o curso de graduação.

Ainda assim, a pesquisa tem o olhar específico do pesquisador, que vivência a fronteira, não de forma natural, mas como um migrante oriundo do interior do estado de São Paulo, ingressante na universidade via cotas raciais, declaradamente e reconhecidamente de pele preta, que vai residir em uma região geográfica e culturalmente totalmente diferente da sua origem, sem prévio contato com a cultura que irá recebe-lo, essa cultura engloba uma das línguas faladas na fronteira – o portunhol -, os aspectos sociais, históricos e étnicos da região e a dinâmica sociocultural vivenciada na fronteira.

A escolha desta fronteira considerou todo o conhecimento prévio do pesquisador sobre a região, vivenciado durante os quatro anos em que residiu ali, o que possibilitou a ida a diversos municípios que compõem essa região de fronteira e a participação em alguns dos projetos criados pelo Movimento *Fronteras Culturales*. Essa vivência provocou diversos questionamentos sobre o olhar do pesquisador na fronteira, para um paulista do interior a fronteira geográfica é algo muito distante, apesar de hoje perceber que existem diversos tipos de fronteiras, não necessariamente geográfica, mas também a fronteira cultural, social, de classes e etc. A partir daí, criou sentido a ideia de pesquisar a fronteira, não apenas a questão geopolítica da mesma, mas principalmente as questões culturais e sociais que traz para estas regiões aspectos tão peculiares.

Bem como, por levar em consideração o grande adensamento populacional e o constante e importante eixo de integração cultural, social e econômico vivenciado no percurso histórico de construção desta fronteira. A fronteira entre Brasil e Uruguai é considerada em muitos documentos do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, como um laboratório vivo de implantação de políticas bilaterais de integração social e cultural, sendo de grande importância para os demais tratados criados pelo bloco para aplicação geral entre os países que o compõem.

Ressalta-se que o estudo abarca um período temporal em que ambos os Estados passam a enxergar a importância da fronteira no processo de manutenção dos seus princípios e as crescentes crises identitárias atinentes ao constante processo de globalização vivenciado em nosso século, o que recai de forma atenuada nas regiões fronteiriças, conforme as características que essas dispõem.

Esse interesse foi viabilizado pela ascensão de governos majoritariamente de perfil político de esquerda nos dois países, onde ambos tinham como bandeira política o acesso a bens e processos culturais e a integração com os demais países da América Latina. As políticas de relações exteriores passaram a viabilizar essa integração, utilizando de diversos meios políticos para o êxito desta proposta, sendo a política cultural um deles.

É necessário que o pesquisador e o leitor compreendam a importância da localização histórica desta pesquisa, levando em consideração que:

A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal. (SANTOS, 1988, p. 17).

Desta forma a pesquisa está centrada historicamente no atual e último grande período vivenciado pela nossa sociedade. Após a revolução industrial e com o estabelecimento do capitalismo concorrencial, final do século XX e início do século XXI. Isto é, a pesquisa deve ser olhada e comparada historicamente com o atual período, considerando que o seu significado tende a mudar conforme o decurso do tempo, seu espaço e o lugar de ação.

O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo. (SANTOS, 1988, p. 17).

Conforme as discussões que traremos a seguir, os nossos estudos estão centrados em discutir o processo de integração, por meio e a partir da nova configuração da sociedade atual e de seus movimentos sociais, da globalização, do avançar do capitalismo concorrencial, da tecnologia, dos processos transnacionais, da comunicação mundial em rede. Um novo período, com características novas, e que não necessariamente deve ter relação ou similaridade com a história, ações e resultados de movimentos ocorridos em momentos anteriores.

Para Milton Santos (1988), estamos agora no quinto período histórico, o período tecnológico, com o avançar e modernização do comércio, da indústria e das tecnologias, gerando uma ruptura com os períodos anteriores e “a mais profunda transformação espacial nos países subdesenvolvidos”. (SANTOS, 1988, p. 17).

[...] Este é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos. (F. Alvarez, 1970, 1971) Este período começa com o fim da Segunda Guerra Mundial. A tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão. (SANTOS, 1988, p. 21).

O que possibilitou de certa forma o aparecimento dos novos processos de integração entre países subdesenvolvidos, como o estudado neste trabalho, foram as ferramentas que apareceram neste último período histórico, que foram e são essenciais para a construção e permanência desses movimentos e também para a compreensão de seu funcionamento. O que de fato não seria provavelmente possível em períodos anteriores, considerando os seus formatos e os fatores de concentração em diversas áreas (Santos, 1988).

O objetivo e a principal questão da pesquisa permaneceram os mesmos: analisar e caracterizar a participação da sociedade civil nos processos de integração cultural da fronteira sul entre o Brasil e o Uruguai. Pensando e revisitando o papel desenvolvido pela sociedade civil e pelo próprio Estado, no âmbito cultural e social de integração da fronteira sul do Brasil e norte do Uruguai.

Pesquisar regiões fronteiriças, é saber que estamos lidando com características únicas e muitas vezes conflituosas, mas também que estamos tentando contribuir para o crescimento de uma área de estudo relativamente nova no âmbito acadêmico. Analisar a região de fronteira é estudar conflitos históricos, guerras, ambições, poderio militar, também é analisar as suas relações sociais, culturais, econômicas, que muitas vezes divergem das ações propostas pelos Estados para a região.

Normalmente fronteira é caracterizada como uma região periférica, sem leis, sem características próprias, onde os Estados não possuem total controle sobre a sua população, espaços de contrabandos, de entrada e saída de produtos ilegais, de migrações, entre outros (ALBUQUERQUE, 2005). Até onde estas características que são

tão populares e refletidas pela grande mídia, traduzem de fato o cotidiano vivenciado pelos povos destas regiões?

É importante e necessário que o pesquisador ao analisar essa região, se despeça de todo e qualquer adjetivo seja ele negativo ou positivo já criado sobre esse assunto, no sentido de olhar a fronteira como algo único, vivo e em constante modificação, uma região que se localiza no limite, seja esse social, econômico, geográfico, cultural, limite criado pelo sujeito homem para restringir e controlar o acesso do próprio homem.

O território fronteiriço não é algo natural e neutro, possuindo muitos traçados e divisões políticas sobre um mesmo território, o território é poder e as fronteiras representam a história e o poder dos Estados e seus grupos sociais na delimitação dos territórios dos Estados-nação. Sendo importante que os pesquisadores das ciências sociais que estudam as áreas fronteiriças, a capacidade de desnaturalizar de forma permanente as fronteiras, “mostrando suas histórias, suas disputas e rasuras questionando as classificações estatais e midiáticas” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 36).

Em termos metodológicos a pesquisa tem um caráter documental e de incursões teóricas que buscam contribuir com o debate, ainda escasso, sobre processos e fenômenos sociais em áreas de fronteiras. A pesquisa de campo envolveu não apenas a coleta de dados, documentos e informações como também algumas conversas livres, não estruturadas, com responsáveis pelos segmentos culturais na fronteira entre Brasil e Uruguai, locus desta pesquisa. Essas conversas aconteceram em momentos distintos e dispersos, mas foram úteis para organizar as primeiras reflexões sobre a temática e a delimitação atual do objeto de pesquisa. Após a coleta de dados foram analisados os documentos históricos, projetos desenvolvidos e reportagens e ou matérias publicadas pela imprensa sobre as atividades pertinentes ao objeto da pesquisa, assim como as legislações de âmbito local, estadual e nacional, que versam sobre a integração da fronteira na perspectiva cultural (ECO, 2012).

Posteriormente, foi utilizado um método teórico-metodológico, objetivando o tratamento e a análise dos dados e materiais obtidos no qual “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

No tratamento dos dados (BAUER et al., 2000) foi feita a descrição e a análise dos documentos e materiais coletados inter cruzando esses dados com as principais referências bibliográficas sobre os temas e conteúdos presentes e recorrentes nos materiais de pesquisa, com especial atenção às atividades e documentos desenvolvidos pelo Movimento *Fronteras Culturales* ao longo da sua duração, sempre em contraponto com as proposições de políticas externas aplicadas e fomentadas por ambos os países. Por fim, é importante ressaltar que a análise foi norteada pelos conceitos e debates teóricos referentes às áreas de integração, integração cultural, políticas públicas e fronteiras, este último conceito é fundamental para a compreensão das políticas culturais na região estudada.

O conceito de fronteira existe desde remotos tempos, mas aplicado no sentido de separação, como a Muralha da China, como um marco de domínio no sentido de poder, inclusive de caráter cultural e religioso. Não se pensava a fronteira como marco de jurisdição e menos ainda em seu caráter de soberania. A fronteira era utilizada como uma ferramenta espacial, móvel e permeável e não tinha o intuito de demarcação territorial.²

A atual fronteira como um marco territorial e de soberania foi utilizada pela primeira vez no tratado de Paz de Westfalia em 1648, por meio da dissociação do poder religioso para a partir de então, se organizar por meio de Estados-Nação, ligados a ideia de um monarca soberano e caracterizam pela soberania e autonomia que detinham frente aos seus pares, atribuindo ao soberano poder total dentro dos limites das fronteiras de seu território e caracterizado pela respeito mútuo entre os Estados soberanos, sem intervenções no território vizinho e prezando pela sua autonomia.

A noção de Estado na modernidade teve como momento chave o processo de independência dos Estados Unidos da América no ano de 1776 e a Revolução francesa em 1789, nos quais propuseram a transposição do poder soberano do monarca para o povo e por meio da criação de elementos que futuramente vieram a constituir os princípios de nação. Após este processo as fronteiras deixaram de servir simplesmente como limites de jurisdição, convertendo-se em separadores territoriais de nações habitadas e dotadas de

² Os relatos aqui reproduzidos sobre o histórico da criação das fronteiras, tem como base as anotações do autor sobre a temática, adquiridas no decorrer da disciplina Fronteiras: Sociedades, Culturas e Estéticas ofertada pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos – PPG IELA da UNILA.

um poder central personificado na instituição do Estado.

As primeiras teorias que tentaram definir o conceito sobre fronteiras e Estados, foram estabelecidas por Frederick Jackson Turner, que propõem um conceito centrado na fronteira geográfica sobre os processos sociais que se desenvolvem no território, por meio da criação de novas instituições e da construção e afirmação de uma identidade nacional. (TURNER, 1893).

Já a fronteira como um instrumento de regulação estatal e de conformação internacional se deu após a primeira Guerra Mundial, na Conferência da Paz de Paris em 1919, onde surgiu a ideia da fronteira como reguladora da instabilidade ocasionada pelas minorias étnicas e o multiculturalismo no interior dos Estados. Surgindo então a ideia de nação e cidadania através do grupo étnico que compõem as nações, por meio do conceito de *jus sanguinis*, visando maior estabilidade.

Vê-se a criação, a partir deste momento, da ideia de identidade nacional, como a utilização de passaportes em 1927, a criação de políticas públicas pelos Estados que dialogam diretamente com as questões de fronteira/território/identidade, início da construção de fronteiras pelos centros políticos nacionais, no sentido de término de atuação do Estado-Nação, mas também de demarcação da sua presença e poderio e como consequência, a necessidade de ocupação das fronteiras por meio da territorialização e nacionalização destas regiões.

Na Guerra Fria houve o reforço da importância da fronteira para a manutenção dos Estados-Nação e a expansão dos relatos de fronteiras como regiões naturais, que servem tanto para garantir a preservação da identidade nacional, como para a manutenção da estabilidade do sistema internacional, sendo regiões de carácter único, perigosas e que devem ter a constante vigilância dos Estados.

Mas para além do conceito tradicional de fronteira, a pesquisa necessita de alternativas conceituais que perpassam essa fronteira física e demarcadora. Diferentemente da visão institucional do Estado, presenciemos nas relações de base em regiões de fronteiras, trânsitos culturais e sociais que perpassam os limites interpostos pelo maquinário político-jurídico-administrativo dos Estados-Nação.

Compreendendo os aspectos sócio-históricos dos conceitos de fronteira, na atualidade podemos ver a fronteira como uma construção social, artificial, uma linha imaginária, espaços politicamente e socialmente produzidos, sendo a realidade social de cada localidade que vai gerar as diferenciações entre as fronteiras. Fronteiras são dinâmicas, estando em constante modificação e mutação, conforme o momento, a posição social, o lugar. Segundo GRIMSON (2003) a fronteira está situada em um encontro de relatos geopolítico e literários e para possibilitar uma compreensão aberta e verdadeira sobre ela, deve-se desconsiderar em sua maioria essas narrações pré-estabelecidas.

De acordo com o geógrafo Otto Maull, os principais fins da fronteira são “distinguir o meu do teu; proteger o território nacional; isolá-lo, quando necessário, e facilitar-lhe o intercâmbio, quando conveniente” (apud MATTOS, 2011, p. 112).

Utilizamos a palavra habitual para caracterizar esse conceito no sentido de ser algo usado cotidianamente pelos Estados-Nação para justificar suas ações nas regiões fronteiriças de seus territórios, logo na formação dos Estados, são demarcados os pontos de término ou início do seu poderio e soberania, as fronteiras então são objetivamente ferramentas de proteção do território e da identidade nacional, impondo uma linha imaginária mas concreta politicamente, o separando econômico, social e culturalmente dos demais Estados. Diferentemente da visão institucional do Estado, presenciamos nas relações de base em regiões de fronteiras, trânsitos culturais e sociais que perpassam os limites interpostos pelo maquinário político-jurídico-administrativo dos Estados-Nação.

Complementando o conceito trazido por Otto, Albuquerque (2005, p. 48) nos traz o seguinte conceito: “As fronteiras nacionais são criações humanas, delimitadas e demarcadas sucessivamente de acordo com os processos de ocupação militar, demográfica, econômica, política e cultural que ocorrem nos territórios fronteiriços”. O autor traz uma discussão interessante sobre o que ele entende por fronteiras, desmistificando a questão da fronteira natural, onde na realidade tudo é fruto de uma construção social e política, demandada em sua maioria pelo poder militar que constrói diferenças e limites em territórios onde havia ligações sociais históricas entre seus povos. Sendo novamente a fronteira protagonista no sentido de afirmação e demarcação da soberania nacional.

É importante e essencial compreender a fronteira não como algo homogêneo e que carrega características únicas e uníssonas, mas sim compreendê-la como algo não natural,

sendo necessário identificar as fronteiras de acordo com suas histórias de lutas e disputas. Por um lado, estranhar e problematizar, isto é, por em suspenso a nação, a língua nacional, a região, a fronteira, as identidades e todos esses termos facilmente essencializados em nossos discursos cotidianos. Por outro lado, aproximar-se, tornar familiar tudo aquilo que se apresenta a primeira vista como estranho, esquisito, diferente, repugnante, e geralmente localizado do “outro lado da fronteira”: a nação vizinha, suas diferenças regionais, suas línguas nacionais, seus valores e costumes, em suma, a alteridade e o esforço antropológico de abertura hermenêutica para o outro. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 63).

O autor destaca que as fronteiras nacionais não são singulares nem homogêneas. Mas sim heterogêneas, plurais, dinâmicas e etc, sendo necessária uma abordagem metodológica capaz de traduzir os processos econômicos, políticos e jurídicos principalmente pelas dimensões social, cultural e simbólica. Dentre essas abordagens, ele demonstra a aproximação entre a antropologia e a sociologia, como a relevância da observação das interações, práticas sociais, experiências individuais e representações coletivas que ocorrem no cotidiano das populações fronteiriças:

O que considero relevante é a prática da pesquisa etnográfica capaz de pensar o micro e o macro, o local e o global e as múltiplas teias de relações e intersecções sociais que acontecem na prática social dos sujeitos que vivem, cruzam e produzem aproximações, separações e distanciamentos entre os limites das nações. (ALBUQUERQUE, 2014, p.64).

O diálogo entre a sociologia, a antropologia e a semiótica, pensar a fronteira por meios dos sinais, símbolos e códigos, é acionar os próprios sentidos de nossa realidade sensorial entrelaçada com nossa imaginação intuitiva e racional. Uma sociologia dos sentidos, por meio da visão, audição, olfato, paladar e o tato, como sentidos que possibilitam as interações sociais, as repulsões e atrações individuais e coletivas e que modificam a nossa sensibilidade ao longo do tempo.

O olhar como um sentido de olhar e ser olhado, traduzindo as expressões do rosto do outro que guardam marcas de sua experiência de vida, traços físicos de um passado histórico e social. A audição como importante na tradução da experiência do ser humano no tempo, permite a abertura para a história do outro, escutar a linguagem do outro e construir uma memória social.

A utilização dos sentidos como forma de perceber com mais clareza as construções sociais dos limites políticas em um território demarcado por fronteiras estatais e por tantas

outras divisões sociais e simbólicas, traduzindo em diferentes níveis as configurações sociais que constroem polaridades entre “nós” e “eles”, tais como as noções de limpeza e sujeira, beleza e feiura, ordem e desordem.

Silvia Montenegro, ao retratar as relações da região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai nos fala:

La Triple Frontera es un sujeto en construcción: el énfasis en esa especie de estado de desarrollo, su ambigüedad y liminaridad está directamente relacionado con la percepción de ciertos procesos que se insinúan, y que hablan de una tensión básica entre pertenencias estatales y espacios más transnacionalizados, tensión a la que se someten las sociedades contemporáneas, y de la cual las sociologías la globalización intentan dar cuenta. Esta tensión se actualiza tanto en las representaciones de los actores como en las modalidades que eligen para moverse en un territorio marcado por la adyacencia de tres estados. (MONTENEGRO, 2007, p. 21).

Os espaços transnacionais, observados principalmente em regiões de fronteiras, são espaços de diversidade cultural, onde os diferentes atores sociais, criam especificidades que se sobrepõe aos limites estatais, propondo outras maneiras de organização social do espaço. A consolidação dos espaços transnacionais expressa um movimento de deslocamento entre o espaço nacional e a identidade cultural, não quer dizer que não existe as marcas nacionais, mas sim que essas são utilizadas de uma outra forma, em novos contextos, e se mesclam com outros elementos.

Podemos analisar que a fronteira vive uma constante tensão social, principalmente atribuída aos meios de comunicação que traduzem a região como local de insegurança e tendo como justificativa o processo de migração da região.

Deve-se compreender a fronteira não só pelo seu lado teórico e real, mas também pelo lado metafórico, a fronteira como corpo e as suas feridas, a fronteira como porta, demarcando um interior e um exterior (ALBUQUERQUE, 2014). Ele propõe uma sintonia entre o rigor metodológico na busca incessante de novos dados e de novos sujeitos para nossas pesquisas de campo e a abertura radical de nossa imaginação, intuição e criação que as metáforas podem possibilitar. Também destaca a importância da pesquisa histórica, como memórias e narrativas recordadas e esquecidas de contextos anteriores e que devem ser consideradas para melhor compreensão das realidades sociais.

Albuquerque (2014), nos diz que é relevante a prática da pesquisa por meio das etnografias “multissituadas”, com múltiplos cruzamentos e fluxos de pessoas, coisas, signos

e narrativas, possibilitando o cruzamento de dados e de perspectivas de análises. Favorecendo a compreensão do entrelaçamento entre as fronteiras visíveis, narradas e experienciadas pelas pessoas que vivem, cruzam e comercializam nas fronteiras territoriais.

A partir do **segundo capítulo** pretende-se trazer à tona os principais conceitos teóricos sobre integração cultural, políticas culturais, fronteiras, região, territórios e territorialidades e a cidade na fronteira, no sentido de teorizar e contextualizar a região foco do estudo, trazendo dados demográficos dos seus municípios, bem como apresentar os instrumentos e os processos criados como ferramentas de integração, tanto pelo viés do Estado-Nação (integração de direito) quanto pela sociedade civil (integração de base). A proposta é de não trabalhar a fronteira de forma naturalizada, mas questionar a atuação da fronteira como ferramenta de territorialização e delimitação de um Estado-Nação, demonstrando a dinâmica das fronteiras, no sentido de continuidade e não rompimento geopolítico.

No **terceiro capítulo** discute-se diretamente a atuação do Movimento *Fronteras Culturales* na fronteira do Brasil e Uruguai, trazendo dados sobre as principais ações criadas e aplicadas no âmbito do movimento, a importância destas para o processo de integração cultural de base e de direito na região, a relação dessas atividades com os conceitos trazidos no primeiro e segundo capítulos, principalmente no sentido de traduzir as atividades por meio dos conceitos de políticas públicas, integração cultural e fronteiras.

O **quarto** e último capítulo é dedicado a trazer algumas inquietações do pesquisador frente aos diversos dados obtidos durante a pesquisa e na bibliográfica selecionada para o trabalho, no sentido de entender e se aproximar de uma conclusão da real atuação dos movimentos sociais³ e culturais nas regiões de fronteira e a sua participação no processo de integração destas, entendendo a fronteira não só como um local geográfico de separação e início da soberania de um Estado-Nação, mas no sentido de um local que vive com constante fluxo migratório, social, cultural e econômico.

³ O termo movimentos sociais se aproxima da definição adotada por Gramsci, para definir sociedade civil e a relação que está possui com o Estado. As ações desenvolvidas pelo movimento social em questão, deve levar em conta a hegemonia exercida pelos sujeitos que integram tal movimento, e de que a própria sociedade civil em suma, integra o Estado, principalmente no atual contexto capitalista. Onde o Estado é um composto entre a sociedade política, relacionada as instituições públicas, ao poder estatal, ao controle legal, e a sociedade civil, constituída pela esfera privada e não-estatal, a sociedade econômica (GRAMSCI, 2005 e COUTINHO, 2013).

2 A INTEGRAÇÃO CULTURAL EM CIDADES DE FRONTEIRA

2.1 INTEGRAÇÃO, CULTURA E FRONTEIRA

No cerne sociocultural das fronteiras, enxergamos uma visão totalmente diferente da institucional do Estado, vemos trânsitos culturais, relações de base que perpassam os limites imaginários criados pelo poder político. Nesse sentido Bento (2015, p.40), trata a fronteira como “espaços físicos, geográficos, de distinção para a afirmação de identidades coletivas situadas nesses territórios específicos [...] fronteiras são invenções culturais, territoriais, de comunidades antigas com territórios e identidades culturais diferentes”. Bento nos afirma que na realidade, fronteiras são hoje locais de afirmação de identidades culturais nacionais, mas também de reafirmação das identidades históricas locais, que ali conviviam, mas que após um marco temporal e político passaram a se olhar de lados opostos.

Ele também nos traz uma explanação sobre o fenômeno de integração cultural e social desenvolvido nessas regiões:

Os sujeitos coletivos protagonistas dos processos de construção das experiências de integração regional de Estados são sujeitos localizados no vértice institucional de poder dos Estados e na base popular constitutiva de tais Estados. Porém, enquanto as experiências de integração de vértice podem ser caracterizadas pela transitoriedade dos eventos institucionais, e pela assinatura de acordos para a realização de projetos nem sempre executados, a integração de base é um dado permanente, fático, real, entre as populações das cidades integradas de fronteira (BENTO, 2015, p.46).

Bento (2015) enfatiza que a integração de base, que é advinda dos intercâmbios naturais causados pelo trânsito de pessoas residentes em ambas as regiões, são as verdadeiras ações concretas de integração cultural e social e não somente as ações propostas pelos governos, que na sua maioria, só reafirma o que já ocorre há anos de forma natural pela sociedade civil.

Segundo Mazzei (2012), a fronteira uruguaia com o Brasil representa 6,8% do total de área de fronteira que o país possui com os restantes países sul-americanos e que abarca um total de 798.478 habitantes residentes nas áreas fronteiriças, sendo que do lado uruguaio o departamento de Cerro Largo é o segundo maior em nível populacional representando 25.7% da população local. Para Mazzei (2012, p. 35):

Las ciudades fronterizas uruguayo-brasileñas pueden definirse como sociedades cuyos grupos sociales interactúan sostenidos por una convivencia que antepone a restricciones formales su libertad de circulación en la frontera. Serían escenarios en los cuales fluyen solidaridades, asistencias, lealtades, fraternidades, cooperaciones y negociaciones de todo tipo facilitadas por el respaldo directo o indirecto de la sociedad civil organizada a través de distintas representaciones en sus espacios públicos y privados.

Podemos verificar que a região foco de nossos estudos, é uma localidade que vive um constante intercâmbio sociocultural, sendo a sociedade civil a principal responsável pela manutenção deste, independente de restrições ou legislações impostas pelos Estados-Nação. Este intercâmbio contínuo é o responsável pelo sentido da totalidade territorial desta fronteira, gerando a denominada integração fronteiriça de fato e não somente a integração fronteiriça de direito idealizada pelos instrumentos jurídicos e que na prática acaba sendo inviável de se efetivar.

O autor nos fala que essas sociedades têm em prática a “integração de fato” do que a “integração de direito”, sendo o seu principal fator o potencial de interação, o imediatismo e a facilidade de intercâmbios, diferentemente do ocorrido com as legislações e acordos legais, “cuyas interacciones, ante la inmediatez y facilidad de intercambios beneficiosos que garantizados por confianzas mutuas generalmente eluden y desafían la cargas de los controles legales” (MAZZEI, 2012, p. 36).

A cultura é considerada por muitos autores como um importante campo na relação entre os Estados-Nação. Hugo Suppo e Mônica Lessa (2007, p. 223) nos dizem que a cultura, entendida como um sistema de valores simbólicos e sociais, constitui-se como um fator de grande influência na política externa dos Estados-Nação, servindo como ferramenta de aproximação da sociedade, bem como geradora de conflitos (apud CARVALHO; FILHO, 2011, p. 2). Alexander Wendt (1999, apud CARVALHO; FILHO, 2011, p. 3), entende a cultura como o principal atributo na formação da identidade nacional, sendo então, um fator relevante no comportamento dos Estados-Nação e conseqüentemente nos processos integracionistas da região.

Lessa (2010, p. 50) nos fala que:

Nesse sentido, a idéia de que na “globalização”, ou na “pós-modernidade”, como prefere Jameson (200), a cultura não é mais uma “expressão relativamente autônoma da organização social” mas a “própria lógica” do capitalismo tardio aponta para a necessidade de se repensar o lugar da cultura a partir 1945, articulado com as expectativas, perspectivas e as disputas travadas em seu nome.

A partir da globalização e dos processos pós-modernos a cultura passa a ser vista como um mecanismo chave na manutenção do capitalismo e do Estado-Nação, ganhando espaço em seus meios de poder e conseqüentemente o reconhecimento dos processos culturais vivenciados pela sociedade civil no vértice do meio social.

Boaventura de Sousa Santos (1993), também propõe uma discussão sobre o papel da cultura na configuração da identidade nacional dos Estados-Nação:

As culturas nacionais, enquanto substâncias, são uma criação do século XIX, são, como vimos, o produto histórico de uma tensão entre universalismo e particularismo gerido pelo Estado. O papel do Estado é dúplice: por um lado, diferencia a cultura do território nacional face ao exterior; por outro lado, promove a homogeneidade cultural no interior do território nacional (SANTOS, 1993, p. 47).

Para ele, o Estado ao criar as fronteiras e territorializar um determinado espaço, está assim criando um território dotado de poder e de uma identidade nacional homogênea, deixando de lado todo o histórico sociocultural desta região e seus povos, gerando posteriormente conflitos culturais identitários internos e externos, o que em suma promove uma completa falha na permanência e perpetuação desta identidade cultural nacional, “[...] espácio-temporalidades culturais local e transnacional terem sido sempre mais fortes do que a espácio-temporalidade nacional” (SANTOS, 1993, p. 47), a cultura do território transnacional tende a ser sempre mais marcante do que a cultura do território nacional.

Uma forma de verificação desse reconhecimento foi o aumento significativo de políticas públicas na área da cultura, Canclini (2005), considera as políticas culturais como intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, com o intuito de promover o desenvolvimento simbólico, satisfazendo as necessidades culturais da população e a sua transformação social.

Ele ainda ressalta, que as políticas culturais não devem ser implementadas somente de forma local ou regional, mas devem garantir o intercâmbio e a globalização dos fluxos levando-se em conta, o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da atualidade, em um tempo onde as indústrias culturais atravessam fronteiras nos agrupando e conectando de forma globalizada. O autor considera a sociedade civil organizada e os grupos culturais, como ferramentas essenciais para a promoção das políticas culturais, em conjunto com o Estado e com os grupos organizados, sendo esses os responsáveis pela expansão simbólica, social e cultural da população.

Na mesma linha Coelho (1997, p.293), no Dicionário Crítico de Política Cultural, conceitua políticas culturais como:

Constituindo (...) uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

Dessa forma, Coelho (1997), assim como Canclini (2005) nos traz uma visão ampla sobre o que são e quem promovem essas políticas, verificando-se nesses dois pensamentos que as políticas culturais são essenciais para a subsistência dos grupos sociais e são as principais ferramentas de integração cultural. Elas são responsáveis não só por promover o novo, mas também, por preservar o que já está dado e a participação das sociedades civil nesse aspecto se faz essencial e altamente necessária, deixando as mesmas o papel que exerciam como coadjuvantes para exercer o de protagonistas.

Segundo Ribeiro (1989, p. 9, apud CARVALHO; FILHO, 2011, p. 3):

“Relações culturais são também as comunicações que “grupos sociais”, as comunidades acadêmicas, os artistas, os produtores de cultura, espontaneamente, estabelecem entre si, independentemente de fronteiras, com ou sem ajuda estatal e, algumas vezes, até contra a vontade desses estados.”

Verifica-se que a sociedade civil, apesar de estar sob a “guarda” dos Estados-Nação, mantém relações socioculturais espontâneas, que perpassam fronteiras físicas e que independem do Estado para acontecer, até mesmo em regiões de fronteira, que a princípio se demonstram como regiões conflituosas e de afirmação da identidade e do poderio nacional.

Corroborando esse pensamento Sánchez (2011) afirma que as relações fronteiriças na América Latina, vão além das necessidades apontadas como principais pelos órgãos administrativos do Estados-Nação, para ele as relações são baseadas principalmente nos contextos históricos e culturais dos povos que habitam as fronteiras antes mesmo delas existirem como tais:

Cabe destacar además, que muchas de las comunidades que hoy habitan las fronteras latinoamericanas no se reconocen en las mismas, aunque se pretenda destacar lo contrario desde los centros de poder nacional. Por lo general, las

fronteras son habitadas por comunidades asentadas en ellas históricamente y por tanto reconocibles de un extremo y del otro de la línea divisoria, lo que estas no reconocen es la línea que las separa administrativamente pero no afectiva y tradicionalmente. Muchas de estas comunidades regionales para el caso de la América continental son originarias e incluso hablan idiomas diferentes a los oficiales de sus estados nacionales, se identifican a sí mismas como entes individuales y cada vez menos reconocen al estado nación como soporte de salvaguarda de sus identidades (SÁNCHEZ, 2011, p. 3.3.5).

Os processos de integração de base são o que podemos chamar de um dos únicos fenômenos naturais da região fronteira, que apesar de ser sempre conceituada como natural, é como já demonstrado, uma construção social e política. Sendo as relações que ali acontecem, as verdadeiras ações concretas de integração cultural e social.

Visando aplicar as ações desenvolvidas pelo objeto de pesquisa nas áreas de políticas públicas e reconhecendo a importância da criação e políticas adequadas as realidades das regiões fronteiriças, cabe resgatar a definição do que se entende por políticas públicas. Souza (2002) traz uma abordagem mais conhecida, a partir de Laswell, onde as decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz.”. A partir desta definição podemos dialogar diretamente com as políticas públicas desenvolvidas principalmente pelos Estados-Nação, que muitas vezes para não dialogam com as realidades vivenciadas pelos sujeitos fronteiriços, daí a importância de fazer questionamentos sobre o porquê da criação de certas políticas públicas, quem serão seus reais beneficiários e a até que ponto a criação da mesma irá influenciar no dia-a-dia da sociedade em questão.

Nesse sentido, Souza (2006) também considera que as políticas públicas são o campo onde o governo coloca em ação seus planos, propostas e plataformas eleitorais visando mudanças na sociedade real. Nesse caso, fica evidente que as políticas públicas são atos majoritariamente vinculados ao Estado, sendo este o responsável pela criação e promoção destas, a partir do pressuposto da busca pelo bem comum, mas que, às vezes, não é visto desta forma pela sociedade alvo destas.

Já para Saraiva (2006), as políticas públicas são um fluxo de decisões públicas, voltadas a manter o equilíbrio social ou a implementar desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Essas decisões são orientadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações provocadas por elas na sociedade, sofrendo influência das visões e valores de seus

responsáveis. São implementadas em ações ou omissões, de caráter preventivo ou corretivo, de forma a manter ou modificar a realidade de vários setores da vida social, por meio de objetivos ou estratégias de atuação e da disponibilização de recursos necessários a atingir o proposto.

Aqui, o autor traz uma temática importante onde ele classifica, como políticas públicas, as decisões públicas que surgem para manter o equilíbrio social e que provoquem reações e modificações na sociedade, sejam elas pela execução própria do Estado, ou pela definição de metas e estratégias e alocação de recursos, ambas com o objetivo de se alcançar o interesse do bem público.

2.2 REGIÃO, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA

Discutir a fronteira, como hoje está construída e estabelecida, deve ser feito para além dos nossos atuais conceitos sobre tal área geográfica e da sociedade que ali está estabelecida. Objetivando ampliar o nosso olhar sobre essa região, foco de nossos estudos, apresentamos a seguir, algumas breves discussões sobre a visão de fronteira tal qual entendemos e abordamos neste trabalho, que analisa a a fronteira pelo viés do seu território e da sua territorialidade.

Utilizaremos como base teórica para essa discussão os textos do geógrafo humano brasileiro Rogério Haesbaert, que trabalha especificamente com as discussões sobre região, território, territorialidade e multiterritorialidade, visando aproximar sempre que possível essas discussões para a região da fronteira física e social entre dois Estados-nação.

Ao se constituir uma cidade, como estabelece Lefebvre (ano obra), o ser humano está dotando de sentido aquele espaço geográfico, seja sentido simbólico, cultural e socioeconômico, bem como o sentido político e de poder. Esse processo também é visto pelo viés da territorialização, territorializar um lugar é algo natural do ser humano pelo simples fato de sermos animais territoriais, criando um movimento constante e complexo de territorialização do ambiente em que vivemos. Mas pensando que somos seres territoriais, e que a maioria dos espaços urbanos atuais já eram então habitados por seres humanos, podemos e devemos afirmar que há então um processo de desterritorialização e reterritorialização pelos recém-chegados em choque com o território já estabelecido. (Haesbaert, 2007).

Por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o “controle” e/ou a “segurança” sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles de se encontram mais “desterritorializados” ou em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados. (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Como nas teorias sobre a criação da cidade e o avançar do capitalismo concorrencial (Lefebvre, 2001), na territorialidade também ocorre o processo de jogo de poder, onde o detentor do poder dominante e hegemônico tem o seu território protegido, sofrendo menos ameaças do processo de desterritorialização, diferente das populações que já vivem à margem da sociedade, que por si só já estão “desterritorializados” esentem de forma contundente este processo, visto que por estarem à margem, não estão totalmente territorializados e são facilmente destituídos destes territórios.

Algo muito recorrente no processo de territorialidades das regiões fronteiriças, como já foi discutido neste trabalho, é que há uma anomalia dessas sociedades no processo de reconhecimento da identidade nacional dos seus respectivos países, o que gera o afastamento das políticas públicas e demais serviços e bens públicos, que são essenciais para a efetiva territorialização de um território, como veremos mais a frente.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2007, p. 20).

O processo de territorialização de um lugar, assim como o processo de estabelecimento das cidades, é sempre doloroso, no sentido de ser necessário a aplicação do poder na dominação do território, utilizando os mecanismos do terror e do medo, já que em nossa sociedade atual o poder é exercido primeiramente pelo papel do Estado, mas também pelo comércio, pela igreja e pelas pessoas das classes dominantes, financeiramente, academicamente e culturalmente falando.

A territorialização de um lugar sempre estará vinculada ao exercício do poder, à imposição de identidades, ao descolamento e isolamento de seres humanos e não humanos. Territorializar é o exercício do poder de uma sociedade hegemônica para com uma sociedade menos desterritorializada, na sua maioria, por estarem a/na margem dos territórios, assim entendidos.

As sociedades que têm a possibilidade de se sentirem totalmente integradas ao território e à sua territorialidade, normalmente não sofrem com esse processo de desterritorialização ou reterritorialização, já que o território é visto como uma identificação positiva, afetiva e guarda proximidade com a “apropriação” vivenciada nesse contexto (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Território [...] diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. [...] enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades. (HAESBAERT, 2007, p. 21).

A grande problemática dos nossos atuais territórios, como já foi apontado, é que o fato do poder ser exercido pela figura do Estado-nação, pelas classes dominantes e, em síntese, pelo capitalismo moderno, tem como característica central a conformação do seu território em uma sociedade única, com identidade homogênea e padronizada. O que na realidade não é possível em grande parte de nossa sociedade, principalmente nas regiões de fronteira, já que o fato de ser uma região já territorializada antes mesmo da chegada do próprio Estado, com conformações culturais e linguística diversas, e que por fim são obrigadas a viver sempre no limite, na margem das sociedades dominantes.

Não há o que falar sobre uma sociedade homogênea nesse contexto social, histórico e cultural, mas também político e econômico. Esse viés de dominação pelos grandes centros, com a construção de políticas públicas de cima para baixo, só aumenta o abismo sociocultural dessas regiões. Talvez, nos grandes centros, há um intento e uma resposta mais positiva nesse processo de territorialização padronizado, que desconsidera todo o histórico de construção social e cultural das sociedades que habitam aquele território.

O processo de construção de um território é marcado por relações de poder e de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, é um processo contínuo de dominação e elevação do poder político e econômico mais visível e funcional, a uma sutil forma de apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica do espaço, da sociedade e da cultura (HAESBAERT, 2007, p. 21).

As dinâmicas de desterritorialização devem ser distinguidas por meio dos reais sujeitos que participam de fato deste processo, lembrando que a territorialização é sempre

exercida pelo poder, e por quem de fato controla os espaços e os processos sociais que os compõem. (HAESBAERT, 2007, p. 22). As sociedades marginalizadas e assim desterritorializadas, como na construção das cidades, serão sempre conduzidas pelos processos de construção deste território, nunca estarão à frente na condução do mesmo.

Enquanto um *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Estudar uma região, como em nosso caso, onde a fronteira física entre dois países nos leva a um exercício diário no sentido de reconhecer a construção social deste território e conseguir identificar a sua territorialidade, reconhecendo principalmente o processo complexo e múltiplo desta construção, os sujeitos envolvidos e suas manifestações. É necessário identificar quem constrói, seja o Estado, grupos sociais/culturais, empresas, igrejas, instituições, os próprios indivíduos, a multiplicidade dos poderes exercidos por esses, bem como, quem são os sujeitados de todo o processo, suas lutas e resistências ao poder de territorializar.

Também é necessário reconhecer que a territorialidade, além de exercer um poder mais político-econômico para com aquele lugar, está estritamente ligado às relações econômicas, sociais e culturais vivenciadas ali, considerando que está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (Haesbaert, 2007, p. 22 *apud* Sack, 1986).

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) – como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante. (HAESBAERT, 2007, p. 23).

O território pode então ser separado em dois vieses totalmente distintos, podemos dizer que extremos, um pelo viés funcional, reconhecendo o território pela sua função político-econômica, essa visão é a mais utilizada e reconhecida nos estudos até então. A outra é pelo seu viés simbólico, reconhecendo as suas manifestações sociais e culturais, seus processos históricos e as relações identitárias que o compõem. Cabe ressaltar que todo território carrega em partes os dois vieses, alguns com uma carga mais funcional e outros

com uma carga mais simbólica, não existe um território com a ausência de um desses dois fatores.

O estudo social e cultural do território pode e deve estar mais ligado à questão simbólica do que à questão funcional do mesmo, visto que para o autor, a territorialidade:

[...] é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente. (HAESBAERT, 2007, p. 25).

O mesmo ocorre ao tentar identificar o território na região da fronteira. Existe o território funcional, onde se concentram os aspectos de poder, político e econômico de cada Estado-nação, mas também há, e de forma mais marcante, os aspectos sociais, culturais e históricos que perpassam o território funcional. Pairando sempre uma territorialidade simbólica, deixando e não respeitando muitas vezes as linhas físicas, porém imaginárias que demarcam e separam esses territórios e as suas territorialidades.

Para melhor visualizar as possibilidades de concepções de territorialidades presentes em um território, apresentamos a seguir dois quadros elaborados com base nas discussões do texto do autor, que refletirão e elucidaram de melhor forma essas abordagens.

Tabela I - Quadro de tipos de concepções de territorialidade:

1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico:	2) Territorialidade num sentido mais ontológico:
“abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto)	a) Como materialidade (ex. controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack)
	b) Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”)
	c) Como “espaço vivido” (frente aos espaços – neste caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Haesbaert, 2007, p. 25

Tabela II - Quadro de possibilidades de relações entre território e territorialidade:

a) Territorialidade como concepção mais ampla que território, que o engloba (todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente, um território), territorialidade tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como “condição” (teórica) para a sua existência (neste caso, reúnem-se as concepções 1 e 2 do quadro acima)
b) Territorialidade praticamente como sinônimo de território: a territorialidade como qualidade inerente à existência, efetiva, do território, condição de sua existência.
c) Territorialidade como concepção claramente distinta de território, em dois sentidos: 1. Territorialidade como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território, necessariamente material, concreto; a territorialidade definida na conjugação entre as concepções 1 e 2b do quadro acima, ou seja, enquanto “abstração” analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade territorial. 2. Territorialidade como domínio do “vivido” (concepção 2c) ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado (implicando assim uma visão mais estrita de território, a partir de sua dimensão jurídico-política, formal)
d) Territorialidade como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica (ou a “identidade territorial”), conforme utilizado algumas vezes no âmbito da Antropologia (neste caso a territorialidade seria tratada exclusivamente no sentido 2b, do quadro acima).

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Haesbaert, 2007, p. 26

Em nosso caso, nos estudos sobre territorialidade em territórios de regiões fronteiriças, não há como falar sobre territorialidade somente e a partir daquele território, a territorialidade da fronteira é por si só, imaginada e simbólica, muito mais ampla e múltipla do que o próprio território em si. Utilizando os dois quadros acima, na concepção e no estudo do território em questão, deixaremos como marco o conceito 1 e 2 b do quadro 1 e a do quadro dois, reconhecendo a importância do território para a construção da sociedade, mas valorando a territorialidade como algo mais amplo do que o território.

Essa escolha levou em consideração que na região de fronteira não existe apenas um território e/ou uma territorialidade, mas sim múltiplos territórios e territorialidades, que nem sempre e na maioria das vezes correspondem aos aspectos funcionais do território. Existem territorialidades nas relações dos povos, territorialidades, nas relações econômicas, territorialidades nas relações de construção familiar, que perpassam os territórios estabelecidos.

Com base nessas discussões, passamos então para a definição de território:

[...]Propusemos assim definir território: (...) a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como

nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes fixos e fluxos, circulação e “iconografias” [na acepção de Jean Gottman], ou o que melhor nos aprover. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 27 *apud* Haesbaert, 2004a, p. 79).

Em suma, um território é o resultado das múltiplas relações de poder, seja esse o poder material, exercido pelas instituições, como o Estado, Igreja, e o poder simbólico, originado pela relações sociais e culturais das sociedades que habitam esse território, é por meio da junção do funcional com o simbólico, das relações sujeitos e sujeitados, que é construído o território, um continuum de fluxos socioculturais em permanente construção, e que não necessariamente está ligado a um espaço geográfico uno e hegemônico, mas sim possuindo territórios e territorialidades. E reconhecendo também o papel desenvolvido e o poder exercido pelos atores hegemônicos, que não necessariamente refletem a realidade vivida pela maioria.

SANTOS (1993), nos diz que apesar do esforço dos Estados-Nações para criarem seus Estados e respectivos territórios, junto às identidades nacionais, não prosperam nesta última, sendo a região fronteiriça, uma zona que coabita diversas territorialidades.

O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona fronteiriça torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-e-vem, e como tal nunca está escancarada, nem nunca está fechada (SANTOS, 1993, p. 50).

2.3 O PAPEL DA CIDADE NA FRONTEIRA

O contexto social da fronteira territorializada e urbanizada não poderá ser elucidado sem antes percorrermos todo o processo de construção da figura da cidade como nós a conhecemos nos dias de hoje. Traremos então um breve histórico sócio-conceitual sobre a construção da cidade moderna e a sua relação com a fronteira atual. Utilizaremos como base textos de Henry Lefebvre (2001), David Harvey (2013) e Giandomenico Amendola (2000), objetivando pontuar alguns aspectos teóricos e sociais sobre cidade e os seus direitos de uso.

A cidade atual, urbanizada, industrializada e territorializada, foi concebida em um processo de ruptura brusca com o antigo e até então imponente sistema de ruralização das sociedades dos séculos passados. Foi um processo de transição do capitalismo até então comercial e bancário e de produção artesanal e rural para o capitalismo concorrencial da industrialização.

O conceito de cidade foi concebido muito antes da era da industrialização, já existiam grandes cidades em épocas anteriores, como a cidade oriental e arcaica que tinham como principais características o exercício da política, havia também a cidade medieval, visando principalmente o avanço comercial, artesanal e bancário. Em ambos os casos, os usos sociais da cidade eram vinculados principalmente ao fator de lazer.

O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)". (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Até então, o direito que as populações requeriam sobre a cidade era os espaços de socialização comum a todos, a depender da classe social, mas que estavam ligados diretamente aos atrativos de lazer e sociabilidade. Possibilizados também pelo aporte financeiro que os detentores de riquezas da época aplicavam em suas próprias cidades, por meio de grandes construções imobiliárias, festas, clubes sociais, etc.

Na era da industrialização a riqueza já não está dentro da cidade, a partir dela a riqueza se concentra nas formas em que as sociedades se organizam, nas relações e redes sociais, pelo aparecimento de níveis de crescimentos seja social, político e técnico das populações e das cidades.

O que se levanta sobre essa base é o Estado, o poder centralizado. Causa e efeito dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre outras: a capital. (LEFEBVRE, 2001, p. 5).

A partir da chegada da industrialização, ocasionada pelo capitalismo concorrencial, tem-se a crescente onda de problemáticas sociais da urbanização das cidades, como o crescimento populacional, o planejamento urbano e social das cidades, os direitos populacionais, nos quais se destacam a permanência dos usos do espaço público e do lazer e chegada do acesso e consumo de bens culturais. Segundo o Lefebvre (2001), o processo de industrialização é o fator principal e também o motor das transformações ocorridas em nossa sociedade atual.

Ocorre também o enfraquecimento do pertencimento à cidade pelas populações locais. Considerando que há uma modificação no uso que se dá a cidade, essa deixa de ser um local de sociabilidade e lazer para ser um ambiente de reserva e exploração de mão de obra. “Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece.” (LEFEBVRE, 2001, p. 6). Tem-se então o afastamento da população em relação à cidade, ocasionada pela ruptura do sistema urbano anteriormente existente para a estruturação de um novo sistema, com o estabelecimento de novas regras sociais.

Na era industrial, a cidade é tratada como local de subsistência para “o exército de reserva do proletariado” segundo Marx. “A cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra”. (LEFEBVRE, 2001, p. 9).

O processo de industrialização, por meio do capitalismo concorrencial, vê na cidade um local fértil para a sua perpetuação. Ali está garantida a mão de obra necessária para o seu funcionamento, a matéria prima, e as demais ferramentas para o seu desenvolvimento. Diferentemente dos processos anteriores, onde as grandes empresas criavam para si seus centros de urbanização nos locais onde estavam estabelecidas. Na industrialização, tem-se a mudança dessas empresas para os centros urbanos já existentes e a apropriação das cidades pelo novo sistema.

Essa, segundo Lefebvre (2001), é uma das grandes mazelas da cidade e é totalmente necessário que compreendamos que quando a sociedade passa por uma modificação tão repentina e abrupta de sistema, tem-se grandes alterações nos tecidos sociais destas cidades, gerando um forte fluxo migratório das pequenas cidades para os grandes centros, causando assim um êxodo populacional.

Sobre os efeitos da industrialização nas cidades: “Ela ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível).” (LEFEBVRE, 2001, p. 9).

O Brasil, o Uruguai e a América Latina como um todo vivenciaram de forma atenuada esse processo de transformação da predominância da ruralidade para a nova configuração industrial, com a mudança de boa parte das populações rurais para os centros urbanos, a criação de favelas e a forte densidade populacional nas periferias destes centros, e por

consequente, o distanciamento dessas populações dos direitos de usos da cidade e o aparecimento de cidades fantasmas, na sua maioria localidades afastadas dos centros agora industrializados.

Com a industrialização dos centros urbanos, ocorre a urbanização dessas cidades e cria-se então um fluxo social tendencioso para a permanência do capitalismo, por meio da geração de satisfações, por meio do consumo programado e desordenado, e atualmente o consumo em rede (ciber consumo). A formação de centros de poder, concentrando a informação, formação, organização e operação das cidades. Ocorre o aparecimento de ferramentas de repressão e persuasão social, objetivando manter o controle dessa nova sociedade, por meio da exploração das pessoas como mão de obra e como consumidores dos produtos e espaços. E o aparecimento desordenado de sociedades periféricas aos centros urbanizados, a organização desurbanizada. (LEFEBVRE, 2001).

Não há como separarmos a cidade da sociedade que a habita, a cidade é o tecido vivo da própria sociedade, como a sociedade cria e ocupa os espaços urbanos é que darão forma a cidade. Sendo assim, a cidade é sensível às mudanças ocorridas no seio social, modificando-se conforme a sociedade se desenvolve e alterando seus hábitos de vida e seu cotidiano.

Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, maiores ou menores organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. (LEFEBVRE, 2001, p. 46).

Portanto, a cidade não deve ser observada como algo permanente ou imutável, é um tecido vivo, que tende a receber influências de todos os sujeitos que a habitam, seja os processos sociais e culturais da sociedade civil ou os mecanismos de poder, controles formais, jurídicos e persuasivos das instituições, como o Estado, igrejas, empresas que se instalam em seu território, incluindo aí os processos de industrialização vivenciados pelas cidades principalmente no século passado. Ela é fruto das produções e reproduções dos seres humanos, ela é a história e também a obra desta mesma história de construção desta sociedade, “A cidade é uma *mediação* entre as mediações” (LEFEBVRE, 2001, p. 46).

O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. [...] O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária

pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Em síntese, o direito à cidade deve ser exercido pelas sociedades em todos os espaços, esse direito não necessariamente deve ser pacífico, mas sim, um direito a ser exigido e apropriado pelas populações locais, principalmente aos integrantes das classes de base, que não têm acesso nem aos direitos da cidade, nem às benesses ofertadas pelo capitalismo e pela industrialização.

Corroborando com David Harvey (2013), que nos diz que a criação da cidade, como hoje conhecemos, foi o invento mais coerente e com maior êxito por parte do ser humano, no sentido de readequar o mundo aos nossos desejos e ambições, mesmo que a partir de então, estejamos condenados a viver neste sistema (Harvey, 2013).

[...] la cuestión de qué tipo de ciudad queremos no puede separarse del tipo de personas que queremos ser, el tipo de relaciones sociales que pretendemos, las relaciones con la naturaleza que apreciamos, el estilo de vida que deseamos y los valores estéticos que respetamos. (HARVEY, 2013, p. 20).

O estabelecimento da cidade é um fator totalmente e intimamente ligado ao nosso sistema de vida e de sociabilidade, esse sistema compreende e engloba os diversos fatores e aspectos de nossa vida social, a nossa cultura, as nossas relações sociais, o nosso sistema de vida – capitalista e industrializado - que ajudou e foi o motor para o estabelecimento desta sociedade que hoje estudamos e vivemos.

Para o autor, o direito à cidade é nada mais que o direito de modificar e reinventar a cidade de acordo com nossos desejos, nossas ambições. Ele estabelece que este direito é muito mais coletivo do que individual, considerando que é um poder a ser exercido pela coletividade no processo de urbanização desta cidade e da sociedade como um todo (HARVEY, 2013, p. 20).

Propondo trazer um diálogo entre o direito à cidade e a aplicação deste em regiões de fronteira, observamos que ao iniciar o processo de industrialização na América Latina e em especial na fronteira entre Brasil e Uruguai, é detectado o processo analisado por Lefebvre, onde as populações se deslocam para os centros agora industrializados, gerando assim um êxodo populacional destas cidades fronteiriças.

A fronteira, que antes fora palco de muitas ações das sociedades, nos séculos XIX e XX, com atrativos de lazer e sociabilidade para as famílias da época, a partir da industrialização, vê suas riquezas serem transferidas para os grandes centros. Começando então um processo de degradação destas cidades, o aumento de forma substancial das populações pobres e das favelas, e o agravante de estarem localizadas em uma região geograficamente periférica e distante das ações estatais.

A cidade na fronteira, reconhecendo ela como um tecido vivo e em constante modificação pela sua sociedade e seu entorno, tem nessa região o agravante de não sofrer influências apenas de uma sociedade mais homogênea como nos grandes centros, mas de adquirir características de dois povos, que foram separados pelo estabelecimento das fronteiras de seus respectivos Estados-nação, com suas línguas, seus costumes e a imposição de suas identidades nacionais.

Si la ciudad está viva, pues, a pesar de la inflexión demográfica y de la hemorragia de empresas, esto se debe a las mutaciones profundas que ha sufrido y que la han modificado más aún de lo que la natural inercia de la masa urbana pueda revelar. (AMENDOLA, 2000, p. 33).

Nesse sentido, Giandomenico Amendola explica que a cidade vive um constante e eterno processo de mutação social, a partir das ações das populações é criado e dado valor e sentido aos bens sociais daquela sociedade. Na cidade contemporânea, pós implementação do capitalismo concorrencial e da industrialização, a cidade passa a receber e dar valor mais às influências e intercâmbios simbólicos do que à própria produção de bens materiais.

A partir da valorização do simbólico, nasce uma nova cidade e assim uma nova sociedade:

La ciudad parece haberse tornado más viva y central que nunca, estableciendo con la gente una relación ambigua de fascinación y miedo, de invitación y prohibición, de atracción y repulsión. Sus propios habitantes la abandonan pero la buscan, la temen pero la sueñan. Huyen a los suburbios, pero la desean. Atracción y repulsión marcan esta nueva centralidad de la ciudad que es al mismo tempo práctica y simbólica, concreta y onírica. (AMENDOLA, 2000, p. 46).

Essa relação de ambiguidade entre a sociedade e a cidade é de fato vivenciada e valorada em cidades de regiões de fronteiras, você tem o atrativo da fronteira e da sua população serem consideradas algo exótico, que foge das regras e dos padrões nacionais,

tem o mito de ser uma sociedade sem regras, algo potencializado pelo poder que a mídia exerce nos dias atuais.

Uma característica desta nova cidade é a constante transformação cultural e social vivenciada pelas sociedades, como o questionável e tendencioso desaparecimento da fronteira entre a cultura alta e a cultura popular, com o acesso e o trânsito de pessoas da base da sociedade a bens que até então eram exclusividade dos membros da alta sociedade.

Es la ciudad que hace concreta la intersección y la hibridación de lo local con lo supranacional, la contextualización del localismo y la descontextualización de la cita mediática, el cruce entre la diversidad y lo posible. [...] La ciudad reinterpreta explícitamente su propio papel como ciudad postmoderna eventual y escenográfica, ciudad de los deseos y de la producción, de la hiper-realidad y de la simulación, ciudad de la comunicación necesaria y problemática y ciudad que lleva siempre en si la posibilidad de ser otra con respecto a lo que es. (AMENDOLA, 2000, p.70).

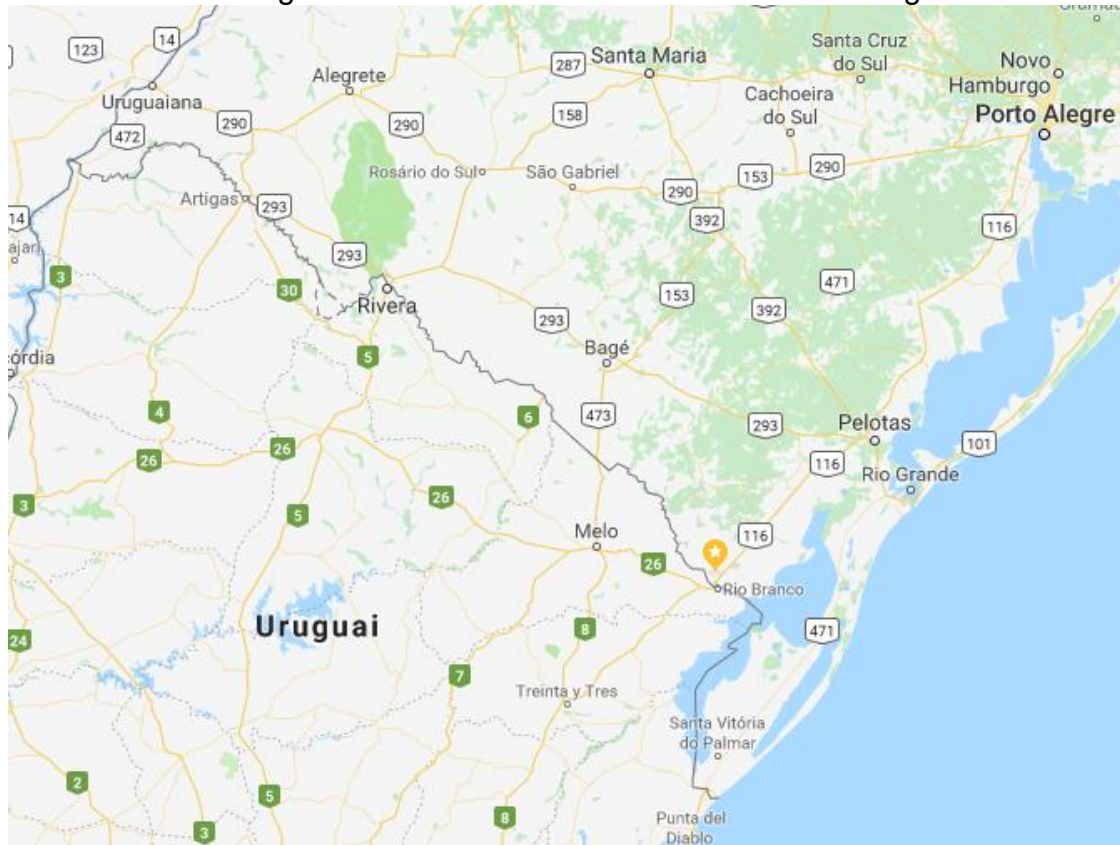
Se a configuração desta cidade pós-moderna, industrializada, capitalizada, se torna conflituosa em locais urbanizados e centralizados, na fronteira vivenciamos uma cidade em constante conflito social e cultural, uma cidade mais do que viva e mutável, que é criada, a princípio, para controlar o domínio estabelecido pelo poderio nacional, mas que torna-se um local de intenso fluxo migratório, de influências diversas, com diversos problemas sociais, de segurança pública, de acessos a bens culturais.

De fato, a cidade na fronteira que até então vivenciava o capitalismo comercial e bancário, passa a concorrer e participar dessa ruptura para o capitalismo industrializado, mas sem os mesmos mecanismos para obter êxito nesse processo. Por estarem localizadas em regiões periféricas, não há facilidade no acesso aos principais bens de consumo, há o distanciamento do poder estatal e das suas respectivas políticas públicas, gerando assim um abismo social, cultural e econômico em comparação com as demais cidades.

2.4 A FRONTEIRA SUL BRASIL-URUGUAI

A faixa de fronteira entre os dois países se estende por um total de 1.068 quilômetros, desde a tríplice fronteira entre Brasil-Argentina-Uruguaio na região oeste até o extremo sul do Brasil na foz do Arroio Chuí no município homônimo, englobando do lado brasileiro o estado do Rio Grande do Sul e do lado uruguaio os departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha, conforme demonstrado na figura a seguir:

Figura 1 - Faixa da fronteira entre Brasil e Uruguai.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando o Google Maps.

Fazem fronteiras por terra ou via pontes internacionais os municípios de Chuí (Brasil - BR) e Chuy (Uruguai - UY), Santa Vitória do Palmar (BR) e Chuy (UY), Jaguarão (BR) e Rio Branco (UY), Herval (BR) e Melo (UY), Aceguá (BR) e Aceguá (UY), Bagé (BR) e Vichadero (UY), Dom Pedrito (BR) e Departamento de Rivera (UY), Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), Quaraí (BR) e Artigas (UY), Uruguaiana (BR) e Artigas (UY) e Barra do Quaraí (BR) e Bella Unión (UY).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no último censo populacional de 2010, o lado brasileiro da fronteira contava com 466.609 habitantes, sendo Bagé, Uruguaiana, Santana do Livramento e Dom Pedrito os maiores municípios em densidade populacional, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela III – Censo Populacional – Brasil	
Municípios:	População:
Chuí	5.917
Santa Vitória do Palmar	30.990
Jaguarão	27.931

Herval	6.753
Aceguá	4.394
Bagé	116.794
Dom Pedrito	38.898
Santana do Livramento	82.464
Quaraí	23.021
Uruguaiana	125.435
Barra do Quaraí	4.012
TOTAL	466.609

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE.

Já na fronteira do lado uruguaio a população total é de 198.661 habitantes, segundo dados do Censo de 2011 do Instituto Nacional de Estadística do Uruguai - INE, Rivera, Melo, Artigas e Rio Branco são as cidades com maior população da faixa uruguaia da fronteira, conforme quadro a seguir:

Tabela IV – Censo Populacional – Uruguai	
Municípios:	População:
Chuy	9.675
Rio Branco	14.604
Melo	51.830
Aceguá	1.511
Vichadero	3.698
Rivera	64.485
Artigas	40.658
Bella Unión	12.200
TOTAL	198.661

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INE.

Ao contrário das muitas fronteiras que o Brasil faz com os demais países da América do Sul, a fronteira com o Uruguai traz uma série de especificidades que aproximam os dois países, de forma a ter um fluxo intenso de relações culturais e sociais entre os dois povos.

Nenhuma grande cadeia de montanhas, nenhum intransponível curso d'água, nenhum deserto ou pantanal inabitável separa o Brasil do Uruguai. E, ao revés, tudo concorreu para aproximar cultural, social e economicamente os dois povos; o

resultado final foi uma área de interação intensa. (SANTOS e SANTOS, 2005 *apud* PUCCI, 2010, p. 72).

O espaço geográfico da faixa de fronteira entre os dois países é caracterizado pela sua densidade populacional urbana, cerca de 84% no Brasil e 81% no Uruguai, onde 6 dos 11 municípios de fronteira são considerados cidades gêmeas com municípios do lado uruguaio, considerando o potencial de integração cultural e econômica dentre eles.

Outra característica que facilita a fruição e o fluxo econômico e cultural da região é a inexistência de impedimentos físicos, três grandes centros possuem fronteiras secas, Chuí é separado pela Avenida Internacional e Aceguá e Santana do Livramento ambas por uma praça. Já outros três são separados por pontes internacionais, Quaraí é ligada pela Ponte Internacional da Concórdia; Barra do Quaraí por um canal férreo e pela Ponte Rodoviária Internacional Rio Quaraí e Jaguarão pela Ponte Internacional Barão de Mauá (Primeiro patrimônio cultural do MERCOSUL)⁴.

Esta região é caracterizada por suas peculiaridades e particularidade, não cabendo dizer que seja uma região homogênea culturalmente falando, já que possui uma ampla gama de diferenciações entre as cidades que a compõe, conforme demonstrado abaixo:

No tocante à geografia humana, há um detalhe que não se deve perder de vista: na fronteira brasileiro-uruguaia, cada localidade contígua é em si mesma uma fronteira, com características próprias. Nesse sentido, é possível dizer que há “várias fronteiras” entre o Brasil e o Uruguai, com problemas distintos. Evidentemente, haverá sempre as questões, como a do acesso à saúde, que poderão ser qualificadas como transversalmente próprias, por perpassarem toda a zona de fronteira. (PUCCI, 2010, p. 74).

Mas apesar dessas diferenças, o pesquisador ao relembrar os tempos em que viveu no limite fronteiro entre Jaguarão no Brasil e Rio Branco no Uruguai, divididas pelo Rio Jaguarão e ligadas por meio da Ponte Internacional Barão de Mauá, por meio das diversas idas e vindas, considerando as grandes ligações sociais estabelecidas com residentes uruguaio, que estudavam na cidade de Jaguarão.

Não sentia uma diferença tão marcante do outro lado da linha imaginária, os traços

⁴ Em 2015 durante a presidência *pro tempore* do Brasil no MERCOSUL, com ênfase para os temas de cultura e sustentabilidade, houve o seu reconhecimento como o primeiro bem do Patrimônio Cultural do Mercosul. O reconhecimento ocorre no âmbito da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul Cultural, órgão criado em 2012 e é composto pelos ministros da Cultura e de outras áreas. Maiores informações podem ser obtidas no seguinte link: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/411>.

físicos bem parecidos, a língua falada que mescla o português e o espanhol (portunhol), a aceitação da moeda vizinha tanto no comércio, quanto nos serviços urbanos, entre outras, demonstram e demarcam os laços históricos, políticos, econômicos e culturais, que certamente são anteriores aos processos de constituição dos atuais Estados Nacionais, fazem com que haja uma linha de ligação sociocultural entre os dois povos, linha essa, maior e mais presente do que a linha imaginária que tenta separar os dois países.

De fato, o processo de integração nesta região esbarra em muitas problemáticas advindas do processo de reaproximação e de presença dos Estados Nacionais na zona fronteiriça, iniciado de forma marcante no início do século XX e com uma nova onda de ações estatais em meados do século XXI. A primeira presença marcante do Estado na região, foi necessária no sentido de reafirmar a identidade nacional de cada país, por meio da criação de regimes jurídicos que regularam as ações desenvolvidas na região, como os processos aduaneiros e migratórios, o que na maioria das vezes ia na contramão dos processos socioculturais e históricos vivenciados pelos seus habitantes.

Já a segunda reaproximação estatal na região ocorreu no início do século XXI, após o acesso ao poder de governos majoritariamente de esquerda em ambos os países. No Brasil em janeiro de 2003 toma posse no cargo de presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo à tona um projeto desenvolvimentista social e econômico, com foco na ascensão social da população de regiões periféricas. Segundo PUCCI (2010), o presidente não deixou margens para questionamentos, quanto ao seu projeto de governo para a área de política externa, citando o discurso de posse do presidente no Congresso Nacional:

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. (PUCCI, 2010, p. 90).

Sem dúvidas, o objetivo do ex-presidente Lula na área de política externa, foi o de garantir a união dos países sul americanos e também da América Latina como um todo, reconhecendo a integração dos países como o principal fator de crescimento social e econômico para toda a região, como a criação de diversos acordos multilaterais e bilaterais sobre a livre circulação de pessoas, bem como o fortalecimento do Mercosul e a criação da UNASUL – União das Nações Sul-Americanas, que tem como principal objetivo a criação

de uma área de acesso universal aos seus cidadãos, principalmente nos serviços de migratórios, trabalhistas, saúde e participação cidadã.

No Uruguai em 2005, toma posse como presidente Tabaré Vázquez, representando a grande Frente Amplia, aglomeração de partidos de esquerda, tendo como destaque da sua política externa, a aproximação dos países que compõem o Mercosul, com enfoque nas regiões de fronteiras do Uruguai com a Argentina e Brasil. Para ele as fronteiras são criadas “não como linhas divisórias, mas como âmbitos de encontro e união para o desenvolvimento conjunto das zonas fronteiriças” (VÁZQUEZ, 2005 *apud* PUCCI, 2010, p. 92).

Como resultado da ascensão dos governos de esquerda tanto no Brasil quanto no Uruguai, foi uma crescente onda de novos acordos bilaterais visando fortalecer os processos de integração entre os dois países, no qual trago os que dialogam de forma atenuada com a região fronteiriça.

Em 2004 foi assinado o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços, no ano de 2006 acontece a Bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul, a retomada dos trabalhos das Comissões da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, 2010 aconteceu um Encontro entre os Presidente Lula e José Mujica em Santana do Livramento/Rivera, 2011 em visita da Presidente Dilma em Montevideu ocorre a assinatura do Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura do Brasil e do Uruguai para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no âmbito da Cultura e é assinada a Declaração de Montevideu firmada entre os Ministros da Cultura para a criação do Plano de Ação para o Diálogo e a Cooperação entre Brasil e Uruguai, em Porto Alegre no ano de 2012 ocorre a VIII Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, já em 2013 a aprovação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil – Uruguai, a X Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai ocorreu em 2016 com a participação dos Secretários-Gerais das Relações Exteriores de ambos os países.

O processo de concepção de muitos dos acordos assinados entre representantes governamentais de ambos os países, tiveram a participação e protagonismo do Movimento *Fronteras Culturales*, principalmente a Declaração de Montevideu e o Protocolo de

Intenções Culturais entre Brasil e Uruguai, que serão detalhados de forma pormenorizada no próximo capítulo. A atuação em rede pelo movimento, possibilitou a rápida crescente de suas ações, como a criação das comissões binacionais em diferentes municípios fronteiriços, que foram as responsáveis por organizar e sistematizar as ações do movimento em âmbito local, reconhecendo as suas particularidades e singularidades, e posteriormente remetendo os resultados para a rede.

3 O MOVIMENTO⁵ *FRONTERAS CULTURALES* ENTRE O BRASIL E URUGUAI

A análise do objeto foi centrada principalmente nos relatos trazidos pelos objetos analisados, como a Carta da Fronteira, as atas da Comissão Binacional de Cultura de Brasil-Uruguai, o Protocolo de Intenções sobre a Integração Cultural entre Brasil e Uruguai, as atas da Conferência/Seminário de Integração Cultural Brasil Uruguai, também os dados que integram o capítulo Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai: Uma Experiência que integra o livro *Fronteiras e Relações Brasil-Uruguai* e em documentos e dados obtidos junto as páginas do movimento na rede social Facebook.

O *Fronteras Culturales*, é um movimento relativamente novo, a sua fundação oficial ocorreu em julho de 2010, objetivando traduzir as demandas emanadas principalmente da sociedade civil dos municípios que integram a fronteira entre Brasil e Uruguai, em políticas públicas culturais integracionistas. O lançamento do movimento se deu por meio de um grupo de ativistas culturais com o apoio do Ministério da Cultura do Brasil que se reuniram na cidade de Santana do Livramento/RS, com representantes de prefeituras e sociedade civil da região para iniciar uma agenda de atividades que pudessem promover o intercâmbio cultural e a organização de ações conjuntas, objetivando a troca de experiências e o intercambio sociocultural da região fronteiriça.

A organização interna se dava por meio de listas de e-mails, que garantiram a comunicação e a troca de informações diretas entre os membros que o compuseram, nos grupos de e-mails eram realizados debates e alinhamentos sobre todos os projetos e ações

⁵ É elementar a relação trazida por Manuel Castells, quando analisa a construção dos novos movimentos sociais na era da internet, a atuação dos movimentos sociais em rede, e a perspectiva do Estado nessa construção social. O movimento analisado aqui, também teve seu início por meio da internet, conforme verão no decorrer da leitura do texto. Mas essa relação movimentos sociais/Estado acaba evoluindo para uma ação mais conjunta e bem próxima da estrutura estatal, perdendo está autonomia defendida por Castells, gerada pela atuação em rede e longe dos aparatos da legalidade do Estado. (CASTELLS, 2013).

desenvolvidas, fortalecendo a participação cidadã de todas as regiões que compõem a fronteira de forma integrada, possibilitando o protagonismo das ações integracionistas que já ocorrem nas diversas localidades e a replicação destas e criação de novas em âmbito regional em todas as áreas da região.

O movimento teve grande participação no processo de alinhamento de políticas públicas na área da cultura, tanto no âmbito federal no Brasil e nacional no Uruguai, quanto no local e regional dos municípios que compõem a faixa de fronteira, bem como na autonomia das organizações e da liberdade de participação social nos processos decisórios das políticas públicas, foi um movimento fundamental para orientar o recente processo de integração cultural da região.

Dentre as atividades implementadas com a participação do movimento, destacam-se a Carta da Fronteira, documento que elencou os diversos aspectos sociais e culturais da região e propôs uma agenda de atividades que possibilitassem maior integração dentre os povos da fronteira do Brasil e Uruguai; a Conferência de Cultura de Fronteira e o Seminário de Integração Cultural Brasil-Uruguai, como fóruns periódicos de discussão e análise das ações realizadas no âmbito do movimento e das políticas de integração cultural promovidas pelos Estados; a proposição e posterior aprovação do Protocolo de Intenções Culturais entre o Brasil e o Uruguai, objetivando a criação de um documento que elencasse os principais eixos de integração cultural a serem implementados por ambos os países e por último o Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai, que visou a realização de forma integrada dos principais eventos culturais que ocorrem na região. Todas essas atividades serão detalhadas nos próximos subcapítulos.

O movimento teve substancial participação no processo de constituição dos editais específicos de Pontos de Cultura⁶ de fronteira, implementados no lado brasileiro da fronteira, a proposta era a construção de uma política cultural por meio do programa de Pontos de Cultura que leve em consideração a diversidade cultural e social presente nessas regiões e que atue na integração entre os dois países.

Já em 2016, um grupo de agentes culturais, coletivos, artistas e pesquisadores se

⁶ A Política Nacional de Cultura Viva foi implementada a partir do ano de 2004 e institucionalizada por meio da Lei Federal nº 13.018/2014 para garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural a partir do Ministério da Cultura, e em parceria com governos estaduais e municipais e por outras instituições, como escolas e universidades.

reuniram durante o Fórum Social Mundial, na capital do estado do Rio Grande do Sul, para discutir e analisar as políticas culturais de integração entre os dois países, segundo o coordenador desta reunião, a reunião obteve êxito total, e foi denominada Fronteiras Culturais/*Fronteras Culturales*, o que parece uma retomada deste movimento iniciado em 2010.

3.1 HISTÓRICO E AÇÕES DESENVOLVIDAS

Dentre as ações pensadas pelo movimento a primeira a sair do papel foi a organização da Carta da Fronteira, entregue no mesmo ano aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Pepe Mujica, o documento apresenta diversos aspectos socioculturais da fronteira, segundo Ricardo Almeida (2015) a carta reconhece a histórica convivência entre ambos os povos da fronteira Brasil-Uruguai que produziu um patrimônio cultural com identidade própria e que a fronteira se constituiu em um corredor cultural no território do Bioma Pampa, com suas singularidades e diversidade ambiental e cultural.

Figura I – Carta da Fronteira

Carta da Fronteira
Brasil-Uruguai

RESOLVEM

- 1) constituir uma Comissão Binacional Integrada pelos agentes públicos e representantes das organizações sociais e culturais da fronteira com o objetivo de implementar e efetivar o processo de mobilização, visando a integração cultural entre o Brasil e o Uruguai;
- 2) reconhecer essa comissão como articuladora de ações que gerem espaços públicos de discussão para a formulação de políticas culturais para zona de fronteira;
- 3) solicitar aos governos federal brasileiro e nacional uruguayo que reconheçam a comissão como espaço de interlocução para políticas culturais na fronteira;
- 4) propor aos governos federal brasileiro e nacional uruguayo, o compromisso dos Ministérios e Órgãos Culturais competentes, com os propósitos listados neste documento, mediante a assinatura de um Acordo ou Protocolo de Cooperação Cultural;
- 5) criar um Fórum Permanente como indicador de diretrizes de Políticas Públicas de Cultura a serem adotadas pelo Brasil e Uruguai em relação às cidades de fronteira;
- 6) propor a flexibilização de trâmites burocráticos visando a facilitação do intercâmbio cultural, bem como a integração de um modo geral, a exemplo de iniciativas de saúde, priorizando a liberação de recursos para projetos cuja a finalidade seja a valorização da cultura regional fronteiriça e do bioma Pampa com a consequente valorização do patrimônio material e imaterial, mediante políticas de reconhecimento e ações de restauro, conservação e registro;
- 7) solicitar a viabilização de programas que garantam suporte e recursos para a elaboração de projetos culturais voltados ao cotidiano dos povos fronteiriços, com ênfase no desenvolvimento sustentável e valorização turística;
- 8) oportunizar o desenvolvimento cultural por meio do estabelecimento de acordos bilaterais para o fomento à formação artístico cultural mediante o intercâmbio de políticas públicas já adotadas pelos dois países a exemplo dos pontos de cultura, usinas e fábricas culturais, escolas binacionais de arte, feiras do livro binacionais, escolas binacionais de ensino elementar e médio;
- 9) criar mecanismos que visem à distribuição equitativa dos benefícios e programas culturais com atenção especial às cidades de baixa densidade populacional.

BIBLIOTHECA Pública Pelotense

MATERIAL PRODUZIDO PELOS PARCEIROS INSTITUCIONAIS

Livramento - 12 de julho 2010

Fonte: Página do movimento *Fronteras Culturales* no Facebook.

O documento ainda afirma que:

[...] a dimensão cultural é um dos eixos integradores para o desenvolvimento sustentável, pois visa a promoção da autoestima e do sentimento de pertencimento, o reconhecimento e valorização do patrimônio histórico e cultural das comunidades

fronteiriças e que é importante e urgente fortalecer as ações culturais das comunidades da fronteira, bem como ampliar e democratizar o acesso aos serviços e bens materiais e imateriais, às políticas e ações culturais, e fortalecer a economia da cultura, as capacidades e os saberes locais (RIBEIRO, 2010 *apud* ALMEIDA, 2015, p. 219).

A carta também estabelece uma agenda de atividades a serem desenvolvidas pelo movimento, entre elas podemos elencar: I – a constituição de uma comissão binacional, integrando o poder público e a sociedade civil dos municípios de fronteira; II – atribuir a essa comissão o dever de articular as ações promovendo a criação de espaços públicos para a formulação de políticas culturais para a região da fronteira; III – garantir no âmbito governamental do Brasil e do Uruguai o reconhecimento da comissão como um fórum legítimo de representação e de tomadas de decisões nas políticas culturais da região, e comprometer os ministérios e órgãos culturais competentes, com os propósitos listados na carta, por meio do firmamento de um protocolo de cooperação cultural; IV – criar um fórum permanente para discutir diretrizes de políticas culturais a serem aplicadas pelos governos de ambos os países; V – criar mecanismos de flexibilização dos trâmites burocráticos facilitando o intercâmbio e a integração cultural; VI – o estabelecimento de acordos visando o fomento à formação artístico-cultural através do intercâmbio de políticas públicas culturais já adotadas em ambos os países, como os Pontos de Cultura, as Fábricas Culturais, as escolas binacionais, entre outros.

Verifica-se que o movimento traçou metas de importância para a promoção da integração cultural da região, bem como estabeleceu mecanismos de debate e de discussão de políticas culturais pelo viés de base, valorizando a participação social da população fronteiriça.

A partir da Carta de Fronteira é criado o Comitê e as Comissões Binacionais de Fronteira, elencado como item primeiro dentre os objetivos expostos na Carta, o Comitê tem como objetivo ser a instância de diálogo constante sobre as políticas públicas culturais desenvolvidas entre os municípios que compõem a faixa de fronteira entre os dois países.

Figura II – Logo do Comitê de Fronteira

Comité de Frontera
Intendentes, Prefeitos y Alcaldes



Fonte: Página do projeto Integração Cultural Brasil-Uruguai no Facebook.

Na análise da primeira Ata da Comissão Binacional de Cultura de Brasil-Uruguai, ocorrida no dia 16 de outubro de 2010, na cidade de Posta del Chuy del Tacuarí, no Departamento do Cerro Largo no Uruguai, com a participação de representantes do Ministério da Cultura dos dois países, do Estado do Rio Grande do Sul, do Departamento de Cerro Largo, das prefeituras de Cerro Largo, Rivera, Artigas, Rocha, Jaguarão, Bagé, Santana do Livramento e Aceguá, a representação da Universidad de la República do Uruguai, da Universidade Federal do Pampa e da Universidade Federal do Rio Grande, também contou com a participação de organizações e grupos culturais e sociais e com a Comissão de Cultura da Junta Departamental de Cerro Largo.

Como primeiro ato da Comissão foi o reconhecimento da assinatura do Protocolo de Cooperação Cultural, como um avanço na luta e reconhecimento das políticas culturais desenvolvidas na região da fronteira. Houve também a criação de três grupos de trabalhos que se reuniram para elaborar propostas de ações a serem desenvolvidas.

Grupo A - Bases Sócio culturais e Institucional: fica decidido que aos municípios que integram a Comissão Binacional e que desejam fortalecer as Comissões Locais Binacionais, que façam no mês de novembro uma chamada para as instituições e organizações sociais de seus municípios. Que no mês de dezembro realize um encontro das Comissões Locais, encontro este itinerante, sendo o primeiro na zona fronteira atlântica Chui/Chuy/Santa Vitória do Palmar. E a realização de ações descentralizadas de setores afins, como por exemplo o intercâmbio de artesanatos uruguaios e brasileiros.

Grupo B – Diagnóstico, história e pesquisas: Fica definido que para ter um melhor aparato de análise atualizado sobre a realidade socioeconômica e cultural da fronteira, bem como na busca e sistematização das informações existentes a nível institucional e binacional, a realização de uma reunião em dezembro para uma jornada de trabalho a fim de apresentar e avaliar as informações já disponíveis segundo as áreas temáticas correlatas e também a criação de uma metodologia de sistematização e análise das informações.

Grupo C – Objetivos gerais e específicos, metas, cronogramas e agendas: Fica decidido a formação de um consócio de fronteira. O levantamento de projetos e ações já desenvolvidas na região, para possibilitar a coordenação conjunta e o fortalecimento dessas ações. Reformulação das políticas culturais locais, afim de dar sustentabilidade econômica e continuidade das ações a longo prazo. Oficinas sobre fronteira, objetivando a difusão dos acordos existentes e a análise do cumprimento dos mesmos por parte dos governos nacionais. A democratização e acesso aos bens materiais e imateriais produzidos e encontrados na região da fronteira. Ações formativas de capacitação em cooperativismo em trabalho em rede; formação educativa, cultural e artística e formação de agentes multiplicadores. Fica fixado o sábado de dezembro como o dia de realização de um encontro e um evento geral que abarque as diversas manifestações culturais da fronteira.

Como podemos observar, como primeira ação concreta do movimento, a criação da Comissão/Comitê Binacional de Fronteira, exige o esforço dos membros do projeto recém-formado, para a manutenção do diálogo permanente e em rede das ações culturais desenvolvidas na região da fronteira. Desde o início do movimento, os atores que participaram do mesmo, priorizaram as reuniões constante e plurais, envolvendo agentes dos poderes públicos locais, bem como universitários da própria sociedade civil organizada.

Um dos principais pontos de organização do movimento foi a realização da Conferência de Cultura de Fronteira e o Seminário de Integração Cultural Brasil-Uruguaí, a primeira edição ocorreu nos dias 29 e 30 de agosto de 2010 no município de Jaguarão/RS, o objetivo dos eventos é a reflexão aberta com a população da região da fronteira sobre as políticas públicas culturais em desenvolvimento e as que serão implementadas, além de ser um fórum de debate sobre os objetivos político-cultural do movimento, buscando promover o diálogo acerca dos processos de integração cultural.

Figura III - Cartaz do III Seminário de Integração Cultural Brasil – Uruguai em 2014



Fonte: Página do movimento *Fronteras Culturales* no Facebook.

Durante a primeira edição foi lançado oficialmente o movimento *Fronteras Culturales* e deliberada a criação das comissões binacionais em todos os municípios fronteiriços e compostas por membros do poder público e da sociedade civil, tendo como principal objetivo a promoção de projetos regionais e a visibilidade dos processos iniciados em zonas de fronteiras, também foi deliberada a criação de uma coordenação geral unificada do movimento.

O objetivo da primeira edição da Conferência/Seminário foi o de criar um fórum de discussões sobre as políticas culturais desenvolvidas na fronteira entre os dois países, priorizando principalmente a descentralização e a mobilização de atores políticos e sociais. Durante a realização da primeira edição os participantes delinearam que o caminho a ser trilhado pelo movimento teriam que priorizar estes como os principais conceitos e eixos a serem desenvolvidos, a Identidade/Diversidade, Cidadania Cultural e a Economia da Cultura.

Dentre as ações prioritizadas nesta primeira reunião destacam-se:

- 1) A ratificação da Carta da Fronteira, como difusora do processo de organização e discussão das comunidades fronteiriças.

- 2) O fortalecimento das Comissão Binacionais Locais já existente e a integração de novas cidades, objetivando a permanência de comissões em toda a faixa da fronteira, equilibrando o processo e os níveis de organização do movimento e que devem ser integradas por representantes governamentais e não governamentais.
- 3) A criação da Comissão Única de Fronteira, que irá anteceder o Consórcio Binacional, e integrada por dois representantes de cada Comissão Binacional Local, sendo um representante governamental e um da sociedade civil organizada, dentre as ações da Comissão Única estão o de encaminhar as resoluções do Seminário, a divulgação da Carta da Fronteira, a elaboração do Protocolo de Cooperação entre Brasil e Uruguai e a preparação do Fórum Social da Cultura de zona de fronteira.
- 4) A criação da Cartografia de Cultural em parceria com a UNIPAMPA e a UDELAR, por meio de projetos de pesquisas em conjunto.
- 5) Buscar financiamento junto ao FOCEM para as cidades de fronteira para a área da cultura.
- 6) Promover e articular os convênios já existentes e a criação de novos entre a UNIPAMPA e a UDELAR, visando o fortalecimento e o intercâmbio de pesquisadores, docentes e estudantes.

Houve a realização de mais duas edições, sendo a última no ano de 2014. Na última edição do Seminário, realizada entre os dias 3 e 4 de junho de 2014, na fronteira entre Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai, o objetivo central foi o debate do Protocolo de Intenções Culturais Brasil-Uruguai, assinado no ano de 2011 e que será melhor elucidado no próximo tópico deste capítulo, também teve como objetivo a elaboração de planos de ações e metas concretas para a fronteira.

As discussões foram subdivididas em quatro grandes grupos que detalharam as principais ações a serem desenvolvidas pelo movimento nos próximos anos, no qual destacamos a seguir:

- 1) Patrimônio, Território e Paisagem Cultural: a) Realização de um inventário participativo do patrimônio cultural da fronteira. b) Investimento em projetos de recuperação do patrimônio edificado dos municípios de fronteira. c) Realização conjunto de um planejamento integrado e das relações de rede entre os poderes públicos dos dois países e a sociedade civil. d) Realização de mapeamento dos equipamentos culturais dos municípios de fronteira e a promoção de intercâmbios de projetos e grupos artísticos.

- 2) Editais, convênios, intercâmbios e planos de capacitação: a) A criação e publicação de editais específicos para a fronteira. b) Fomentar a cooperação universitárias entre instituições brasileiras e uruguaias. c) A criação de laboratórios e cursos para capacitação na elaboração de projetos para a fronteira. d) A construção concreta de metas e ações sobre a integração na área do Patrimônio cultural dos dois países. e) Dar prioridade em projetos e ações, para as manifestações de cultura popular que não possuem mecanismos próprios de financiamento. f) Incentivar a inserção de pontuações em concursos públicos para os agentes que possuem cursos de formação nas áreas de gestão e produção cultural.
- 3) Cidadania Cultural, Ações e Eventos de Fronteira: a) A realização de eventos e reuniões em todos os municípios que compõem a faixa de fronteira. b) Promover ações junto aos Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e Uruguai visando a criação de uma carteira de artista e agente cultural fronteiriço, que possibilitaria a livre circulação de artistas, agentes, obras e instrumentos de trabalhos em eventos de integração cultural, bem como a garantia de residência em trabalho e educação em toda a faixa. c) Buscar o estabelecimento do Selo Mercosul Cultural. d) Atuar junto a Comitê de Fronteira para a divulgação do Calendário de Integração Cultural e também as demais instâncias governamentais. e) Reconhecer e reafirmar os critérios definidos pelo Comitê de Fronteira para a participação e inscrição no Calendário da Integração Cultural, gerando convergência cultural e trabalho e renda para a região.
- 4) Organização e Divulgação: a) Adotar a convenção que caracteriza a faixa de fronteira dentro dos 150km da linha divisória. b) Criar o Observatório da Fronteira, objetivando estudar as melhores ações de integração cultural entre os dois países. c) Constituir a Comissão Binacional “provisória” de Cultura como entidade de representação e deliberação até a realização de uma Conferência/Seminário. d) Criar Grupo de Trabalho visando tratar as ações de metodologia para o funcionamento paritário da Comissão Binacional de Cultura. e) Constituir equipe binacional para difundir as ações de integração desenvolvidas na faixa de fronteira. f) Divulgar eventos culturais dentro da faixa de fronteira e também nas capitais. g) Mapear e compartilhar os endereços de todos os meios de comunicação locais e regionais. h) Criar lista de e-mail para comunicação e troca de informações. i) Elaborar relação de artistas e agentes culturais da fronteira. j) Divulgação massiva nas redes sociais sobre a integração cultural, eventos e as deliberações da Comissão Binacional e das conferências. k) Criar o Portal da Integração Cultural Brasil-Uruguai para publicação de notícias e

informações do projeto. Como é possível observar por meio da relação de atividades desenvolvidas no âmbito das duas edições analisadas, a primeira ocorrida em 2010 e a última em 2014 no qual este pesquisador participou. O movimento adotou esse fórum como o principal meio de deliberação de suas ações, principalmente pelo seu formato aberto tornando o ato de deliberar mais democrático e também por contar com a participação majoritária de membros da própria sociedade civil.

Houveram avanços no sentido de reconhecimento das ações desenvolvidas pela sociedade civil, por meio de grupos culturais e artísticos, projetos e ações dos municípios fronteiriços, mas houve também o fortalecimento das ações estatais, no sentido de sempre buscar o reconhecimento estatal para a legitimação do movimento, como observa-se nas permanentes ações objetivando a assinatura de acordos, convenções e demais legislações por parte do Estado.

Já o Protocolo de Cooperação Cultural foi antecedido por reuniões temáticas realizadas no âmbito da Comissão Binacional Brasil-Uruguai, no dia 6 de novembro de 2010 em Montevideu, com a participação dos ministros de cultura dos dois países, foi elaborada a Declaração de Montevideu, onde ficou estabelecido o comprometimento governamental para a assinatura do Protocolo de Cooperação Cultural, objetivando uma visão compartilhada de cultura, reconhecendo as identidades locais e valorizando a diversidade cultural e as manifestações da cultura popular. Em 30 de maio de 2011, foi assinado pela presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e pelo presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, o Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura do Brasil e da Educação e Cultura do Uruguai, visando o desenvolvimento de ações conjuntas na área da cultura.

O Protocolo reconhece todas as ações desenvolvidas na fronteira pelo movimento *Fronteras Culturales* que antecederam a assinatura do documento, valorizando os agentes culturais e sociais e seus processos de movimentação sociocultural na região. Pontua como necessidades, o desenvolvimento de ações de cooperação, intercâmbio e divulgação mútua de experiências e manifestações culturais; a cooperação e o intercâmbio de políticas públicas, planos nacionais e programas culturais; promoção de ações voltadas para o fortalecimento das atividades culturais em ambos os países, considerando a diversidade cultural, étnica e linguística, entre outros pontos. Houve também o comprometimento da continuidade das reuniões bilaterais, por meio da implementação de grupos de trabalho responsáveis por sistematizar os processos existente na fronteira.

A assinatura do Protocolo é um claro reflexo do processo de reconhecimento da cultura como um ponto principal na integração entre os Estados-Nação sul-americanos, conforme demonstra a realização no ano de 1992 da primeira Reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do Mercosul, onde a cultura foi reconhecida como ferramenta central para o desenvolvimento econômico dos Estados (LESSA, 2010).

Também fruto do movimento e um dos objetivos propostos pela Carta da Fronteira, o Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguaí foi discutido e aprovado no dia 16 de abril de 2013 no grupo de trabalho sobre educação e cultura dentro do movimento *Fronteras Culturales*, tendo posteriormente sua aprovação em uma reunião do Comitê de Fronteira.

Figura IV - Cartaz do Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguaí de 2014



Fonte: Página do movimento *Fronteras Culturales* no Facebook.

O Comitê de Fronteira é um órgão criado com o objetivo de propor políticas públicas de promoção da integração fronteiriça e é composto por representantes do poder público e da sociedade civil organizada de ambos os países, na reunião de aprovação do calendário estavam presentes além dos representantes dos municípios fronteiriços, representantes do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai, da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais e da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado

do Rio Grande do Sul, membros dos consulados do Brasil e do Uruguai atuantes na região, da Universidade Federal do Pampa, da Universidade Federal de Pelotas, da Universidade da República do Uruguai além de representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais e culturais dos municípios da região.

Foram definidos quatro critérios que devem nortear as escolhas dos eventos: 1) os eventos devem simbolizar a integração entre os dois países; 2) que promovessem a geração de trabalho e renda na região; 3) que houvesse a participação tanto de brasileiros como de uruguaios em sua organização e 4) que fossem eventos que carregassem o reconhecimento da sociedade da sua região.

No dia 14 de março de 2014, após discussões internas no âmbito do Comitê de Fronteira e dos movimentos sociais que compuseram a comissão binacional de seleção, que foi a responsável por definir quais eventos seriam incluídos na primeira edição, foi lançado o Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai⁷ 2014, durante o II Encontro de Cidades de Faixa de Fronteira RS, evento organizado pela Frente Nacional de Prefeitos.

Foram selecionados para esta primeira edição os seguintes eventos:

Março – Carnaval Internacional, em Quaraí-Artigas, Livramento-Rivera, Jaguarão-Río Branco e Santa Vitória do Palmar-Chuy.

Abril – Festival Internacional de Pandorgas, em Livramento-Rivera e Semana da Integração Cultural em Santa Vitória do Palmar-Chuy.

Maior – Seminário de Integração Cultural: Protocolo de Intenções Culturais. Brasil – Uruguai, em Jaguarão e Río Branco (adiado para os dias 3 e 4 de junho).

Julho – Festival Internacional de Música no Pampa, em Bagé.

Agosto – Festival Binacional de Gastronomia e Mostra Binacional de Teatro em Livramento-Rivera.

Setembro – Semana da Integração da Cultura Gaúcha/Gaucha, em Livramento-Rivera e Aceguá-Aceguá.

Outubro – Exposição Feira Agropecuária, em Bagé.

Novembro – Festa Internacional do Churrasco e Festival Internacional de Cinema na Fronteira em Bagé e a Feira Binacional do Livro, em Livramento e Rivera.

⁷ Maiores informações sobre o Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai e do Comitê de Fronteira estão disponíveis na página oficial do projeto na rede social Facebook: Em português (Integração Cultural Brasil-Uruguai) em espanhol (Integración Cultural Uruguay-Brasil).

Dezembro – Festival Internacional de Balonismo, em Aceguá-Aceguá.

O Calendário sob a responsabilidade do Comitê de Fronteira, é aberto para a inclusão de novos eventos e tanto para a inclusão quanto para a permanência dos atuais, é necessário que os eventos contemham o propósito da integração cultural entre os dois países e cumpram com os quatro critérios descritos anteriormente. Os eventos selecionados, por meio de parceria e auxílios em diferentes modalidades, contam com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, do Ministério da Cultura do Brasil, do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai, dos Centros MEC do Uruguai, das prefeituras, empresas privadas e organizações da sociedade civil que compõe a região da fronteira sul.

Levamos em consideração que apesar da frequente socialização, das grandes relações sociais e do intenso intercâmbio cultural presente nas regiões de fronteiras, estamos falando de uma região que sofre uma grande exclusão dos circuitos culturais, uma região que não tem por parte do Estado, políticas públicas voltadas às suas especificidades e que dialoguem com as recorrentes transformações e transmutações advindas dos seus atributos históricos, geográficos, econômicos, políticos e sociais.

O que se torna evidente em nossos estudos é que, apesar do projeto do Calendário contar com a participação de diversos grupos sociais, observamos que os processos culturais aplicados por estes, leva em conta em sua grande maioria, as influências trazidas pelas variadas culturas presentes na região, percebe-se a presença da cultura afro, da cultura indígena, da cultura europeia, da cultura *gaúcha*, que se apresentam de forma harmônica traduzidas pelas produções culturais dos grupos, inclusas no calendário de integração cultural.

Nesse sentido, conforme a análise dos dados, pode-se dizer que as organizações da sociedade civil e os grupos sociais que propuseram os eventos e compuseram os movimentos que culminaram com essa grande movimentação de políticas públicas de integração cultural, são ferramentas vivas de socialização e de integração sociocultural entre os diversos grupos que coexistem nas localidades, pois como demonstrado acima, os projetos e programas executados por essas são resultados deste processo de multiculturalização, eles atuam com grande número de atores sociais, onde cada qual, agrega os seus costumes e tradições.

O Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai demonstra-se como uma ferramenta de promoção da integração cultural na fronteira sul do Brasil e norte do Uruguai, pois conforme análise dos dados disponíveis sobre a realização dos eventos, houve o reconhecimento desta fronteira como um dos principais centros de integração de base cultural no Mercosul. Contando hoje com o apoio direto de vários organismos públicos de importância nacional como os Ministérios da Cultura de ambos os países.

3.2 A CULTURA NO DESENVOLVIMENTO GLOBALIZADO

Inicialmente cabe esclarecer e elucidar que o objetivo central deste subcapítulo não é teorizar o termo “cultura” em si, mas sim, por meio de discussões teóricas a partir principalmente dos aportes de Arjun Appadurai e Homi Bhabha, mas reconhecendo também outras contribuições teóricas recentes sobre o papel desempenhado pela cultura nos tempos atuais, entender a cultura no contexto da globalização, do capitalismo moderno, da modernidade, da industrialização, do avanço tecnológico entre outros, mas em essência o fator cultural para a aproximação de sujeitos e transnacionalização de nossas ações.

A cultura, como fator de interação social, sempre esteve presente em nossa sociedade, antes, conforme afirma Appadurai (1996), ela era utilizada principalmente para as relações e transações internas na sociedade, restringida em grande parte pelos aspectos geográficos e de locomoção dos tempos passados, mas também pelo interesse das sociedades em não haver abertura com o diferente ou o Outro.

Antes deste século, os principais fluxos culturais ocorriam por meio das guerras e os sistemas políticos que surgem a partir delas, as religiões de conversão, que também tiveram na guerra o mecanismo de expansão para outras culturas. “Portanto, entre viajantes e mercadores, peregrinos e conquistadores, o mundo tem visto muito tráfego cultural de longo curso (e longo-prazo). Até aqui, é tudo evidente”. (APPADURAI, 1996, p. 44).

A partir de então a cultura passa a ser vista como uma ferramenta essencial de aproximação das sociedades, com o avançar do capitalismo impresso, há o desencadeamento de afinidades culturais entre os diversos povos.

A revolução do capitalismo impresso e as afinidades culturais e diálogos por ela desencadeados foram, porém, apenas modestos precursores do mundo em que hoje vivemos. Com efeito, no século que passou verificou-se uma explosão tecnológica, dominada em grande medida pelos transportes e pela informação que faz com que as interações de um mundo dominado pela imprensa pareçam tão duras de ganhar e tão fáceis de eliminar como pareciam: as formas anteriores de tráfego cultural à luz da revolução da imprensa. (APPADURAI, 1996, p. 45).

A explosão tecnológica iniciada no século passado, e ainda em decorrer no século atual, de fato, agilizou o processo de globalização do capitalismo e facilitou para que os trânsitos culturais fluíssem rapidamente e ultrapassassem as barreiras cuidadosamente construídas pelos Estados-nação.

O caso concreto deste processo de globalização da cultura é a afinidade filipina pela música popular americana, onde segundo Appadurai (1996, p.46) “as versões filipinas canções populares americanas não só são as mais ouvidas nas Filipinas como são mais perturbadoramente fiéis às suas origens do que o são hoje nos Estados Unidos.”.

A partir deste relato, pode-se dizer que a cultura tem um potencial criador e de modificação do imaginário da sociedade, onde os filipinos vivenciam uma realidade musical que de fato nunca foram vivenciadas em realidade.

Aqui reside uma das grandes ironias da política dos fluxos culturais globais, especialmente no campo do entretenimento e diversão. Faz um jogo demolidor com a hegemonia da eurocronologia. (APPADURAI, 1996, p.46).

A globalização, o capitalismo, bem como as relações dos Estados-nações com seus sujeitos, tem na cultura uma grande problemática para a permanência da hegemonia entre as sociedades. A cultura é algo impermeável que perpassa os limites permeáveis do poder desses processos vivenciados por nossa sociedade. A cultura habita no imaginário do ser, no seu passado, no presente e no seu futuro.

O mundo em que hoje vivemos caracteriza-se por um novo papel da imaginação na vida social. Para o compreendermos, precisamos recuperar a velha ideia de imagem, em especial as imagens produzidas mecanicamente (no sentido da Escola de Frankfurt); a ideia da comunidade imaginada (no sentido de Anderson); e a ideia francesa do imaginário (*imaginaire*) como paisagem constituída de aspirações colectivas, que não é mais nem menos real do que as representações colectivas de Émile Durkheim, agora mediatizadas pelo prisma complexo dos meios de comunicação modernos. (APPADURAI, 1996, p.48).

O imaginário, junto ao fluxo globalizado da cultura, ganha um grande papel na difusão e na resignificação da cultura, tanto local, quanto agora globalizada. A partir da imaginação, permitida e liberada por meio dos fluxos culturais globalizados, tem-se uma nova modalidade de práticas sociais.

Imagem, imaginado, imaginário: são tudo termos que nos orientam para algo de fundamental e de novo nos processos culturais globais: a *imaginação como prática social*. Já não é mera fantasia (ópio do povo cuja verdadeira função é alhures), já não é simples fuga (de um mundo definido principalmente por objetivos e estruturas mais concretos), já não é passatempo de elites (portanto, irrelevante para as vidas da gente comum), já não é mera contemplação (irrelevante para novas formas de desejo e de subjectividade), a imaginação tornou-se um campo organizado de práticas sociais, uma maneira de trabalhar (tanto no sentido do labor como no de prática culturalmente organizada) e uma forma de negociação entre sedes de acção (indivíduos) e campos de possibilidades globalmente definidos. (APPADURAI, 1996, p.48-49).

A imaginação e o imaginário da sociedade passa agora para o centro e é um componente-chave da nova ordem global, é a chave motora das ações sociais e da permanência do fluxo cultural transnacional vivenciado em nossa era, a era da globalização. Um fluxo cultural que está estritamente ligado com o processo do mundo globalizado, mas não coaduna com a sua principal ferramenta que é a homogeneização.

Por mais que exista um grande esforço para a homogeneidade de nossa sociedade no capitalismo globalizado, como técnicas publicitárias, hegemonias linguísticas, a forma como nos vestimos, etc., a cultura representa uma ruptura a esse processo de homogeneização, que é absorvido em parte, para possibilitar a chegada dos fluxos culturais em diversas sociedades, mas é também o declínio do Estado-nação, ao causar uma revolta social, pelo não reconhecimento daquele padrão imposto e possibilitado pela abertura demasiada aos fluxos globais. O que também ocorre na versão contrária, quando o Estado tende a se fechar, mas há então o sufocamento de sua população e uma demanda para a abertura e recebimento deste fluxo globalizado. (Appadurai, 1996).

Enfim, para que a teoria das interações culturais globais assente nos fluxos disjuntivos tenha mais força do que uma teoria da metáfora mecânica, teremos que avançar para qualquer coisa como uma versão humana da teoria a que alguns cientistas chamam do caos. [...]mas num mundo de fluxos globais disjuntivos talvez seja importante começar a fazê-las (perguntas) a partir de imagens de fluxo e incerteza, loco de caos, e não das velhas imagens de ordem, estabilidade e sistemática. (APPADURAI, 1996, p.68-69).

Essa nova etapa da história, seguida da globalização, da inovação tecnológica e do imediatismo das informações, geraram um caos no sistema em vigor, há sempre a necessidade de saber o novo e querer conhecê-lo, necessidade essa gerada pela imaginação e possibilitada pela abertura do fluxo global das culturas e das sociedades.

Esse caos também é identificado por Homi Bhabha (1998), ao dizer que na atualidade o ser humano vive nas fronteiras do “presente”, para com o passado e com o futuro, há uma indefinição de sentidos, sentimentos aliados ao nosso processo natural de sobrevivência.

Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos do meio do século, mas, neste *fin de siècle*, encontramos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. (BHABHA, 1998, p.19).

Com o avançar do capitalismo globalizado, com a abertura dos Estados-nações para os processos e fluxos da globalização e que permitiu o conhecimento e o contato com culturas de outras sociedades, ou até mesmo com a nossa própria história, tem-se então um processo de transição entre espaço e tempo, questionamentos de identidades, conhecimento e reconhecimento do passado e presente.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processo que são produzidos na articulação de diferenças cultural. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 20).

A partir de então, inicia-se um processo pela própria sociedade de olhar além de seu imaginário e de sua narrativa já estabelecida, questionando e produzindo ações que refletem as diferenças culturais encontradas e possibilitadas a partir dessa nova construção social. Há um questionamento sobre o próprio significado da cultura, da identidade e da própria sociedade.

Esses questionamentos são reflexos dos hibridismos culturais que se originam nas transformações históricas das sociedades, nada está estabelecido e principalmente na cultura, nada é imutável. Até mesmo a tradição, como um dos pilares das sociedades atuais, está sujeita às modificações pelo contexto. As diferenças culturais promovem embates

tanto consensuais quanto conflituosos, possibilitando gerar confusões, ou como diz Appadurai, um caos em nossos hábitos e tradições e até mesmo em nossa modernidade (BHABHA, 1998, p. 21).

O acesso ao poder e o crescimento da causa multiculturalista vêm da colocação de questões de solidariedade e comunidade em uma perspectiva intersticial. As diferenças sociais não são simplesmente dadas à experiência através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto – ao mesmo tempo uma visão e uma construção – que leva alguém para “além” de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução. (BHABHA, 1998, p. 21-22).

Esse novo processo de relações entre os seres, gerou o acesso ao poder, que até então estava restrito às classes dominantes. A partir de então, surge um hibridismo cultural que tende a acolher essas diferenças encontradas, sem um grau hierárquico entre elas, também tende a não haver imposição de cultura, mas sim um diálogo e um choque, não necessariamente negativo, entre as mesmas.

Os próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas, a transmissão consensual ou contígua de tradições históricas, ou comunidades étnicas “orgânicas” – *enquanto base do comparativismo cultural* –, estão em profundo processo de redefinição. O extremismo odioso do nacionalismo sérvio prova que a própria ideia de uma identidade nacional pura, “eticamente purificada”, só pode ser atingida por meio da morte, literal e figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio das fronteiras culturalmente contingentes de nacionalidade [*nationhood*] moderna. (BHABHA, 1998, p.24)

Desde o estabelecimento do fluxo de cultura global, a questão da identidade cultural e da homogeneidade tem entrado em conflito extremo, as sociedades não estão se identificando e reconhecendo como tal, estão questionando os padrões pré-estabelecidos pelo capital e perpetuado pelos Estados-nações. Como Bhabha nos fala no trecho anterior, não é possível lograr uma cultura totalmente homogênea, tampouco uma identidade nacional una e totalitária.

Essa crise identitária ganha força nas relações culturais das regiões fronteiriças, onde de fato não há a identificação por parte da sociedade para com as significações trazidas de cima para baixo pelo processo de nacionalização e de construção da cultura nacional. Fruto da globalização e da transnacionalização dos processos culturais, a cultura na fronteira tem cada vez mais questionado o lugar desta identidade cultural.

A cultura exerce um papel fundamental nas relações sociais das regiões fronteiriças, seja a fronteira entre dois países, seja a fronteira entre localidades de um mesmo território, ou até mesmo a fronteira social entre a classe dominante e a base da população. A própria

fronteira pode ser vista como um fenômeno cultural, atenuada pelo avançar dos processos de globalização, industrialização e da adesão cada vez maior ao capitalismo moderno, conforme já demonstrado nos capítulos anteriores.

Um Estado, os seus governos ou as instâncias que o representam tendem ainda hoje como definição das suas políticas culturais ou da prossecução das mesmas a enunciar uma entidade homogênea, representativa do espaço geográfico que delimita o território nacional desse país e identitária do mesmo. (RIBEIRO, 2011, p.1).

Hoje, não cabe mais afirmar a existência de uma cultura nacional, afinal, de que nação estamos falando, de que cultural estamos analisando, quais são os sujeitos e as suas origens, quais as relações sociais que estes estabeleceram com o território. Devido a globalização da economia e dos fluxos de bens e pessoas, não é improvável que um sujeito de tal nação, se identifique e produza fora da sua nação de origem.

[...]é cada vez mais provável que um português possa criar e produzir fora do seu país de origem, de uma forma que pode ser mais ou menos permanente. Do mesmo modo, um estrangeiro pode residir em Portugal e aqui criar e produzir uma obra continuamente. (RIBEIRO, 2011, p.1).

Conforme já demonstrado nos textos anteriores, os processos culturais de produção, identificação e ressignificação da cultura são constantes e estão permanentemente em construção e reconstrução. Por mais que haja um esforço cotidiano dos Estados em produzir e forçar a incorporação da cultura nacional à sua população local, é sabido que não existe uma cultura homogênea que abarque todos os signos e significações de uma sociedade plural e multicultural e integrante de uma cultura totalmente globalizada e transnacionalizada.

Voltando para realidade da fronteira, objeto de nossos estudos, o Movimento *Fronteras Culturales* e seus sujeitos identificaram que não era possível viver e conviver em uma sociedade tão plural e diversa como a sociedade que habita a fronteira sem reconhecer essa pluralidade e esse multiculturalismo como um fator positivo para a manutenção do bem-estar social daquela sociedade.

Ao analisar as diversas ações propostas pelo movimento, é fácil identificar que essas foram as respostas imediatas para todo o processo de nacionalização, de identidade nacional, de industrialização, de globalização e demais processos que foram vivenciados no último século. É na realidade um resgate de todo o histórico social e cultural que fora esquecido e atropelado pelos processos vivenciados e que geraram conflitos identitários

internos e externos (Santos, 1993).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação buscou por meio dos três capítulos anteriores, mostrar os diversos aspectos teóricos, sociais, culturais e principalmente a visão do autor, sobre os estudos das fronteiras geográficas entre países, em especial a fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nas relações socioculturais das fronteiras, os movimentos sociais que nascem nessas regiões demonstram-se como ferramentas úteis na integração cultural dos países, principalmente os movimentos que possuem diálogo direto com a sociedade civil, seja essa organizada ou não.

No primeiro capítulo, o pesquisador busca contextualizar os motivos que o levou a pesquisar a fronteira e os movimentos sociais que são criados e desenvolvidos na região, essa escolha levou em consideração os conhecimentos prévios adquiridos na sua vivência durante quatro anos na fronteira de Jaguarão/RS com Rio Branco/Uruguai, de 2012 a 2015. Já o estudo dos aspectos culturais da fronteira, deu-se a sua base de formação teórica e empírica, as participações em movimentos sociais e culturais desde a sua infância, as formações teóricas recebidas durante o mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, especialmente pelas disciplinas da linha de pesquisa Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais.

Já no segundo capítulo, buscou-se trazer uma grande carga teórica que dialogassem diretamente com o objeto de estudo – a fronteira cultural e os movimentos sociais - por meio das discussões teóricas sobre integração, cultura, fronteira, região, territórios e territorialidades e a cidade na fronteira, o autor trouxe o diálogo permanente, reconhecendo a importância dos aspectos culturais para a integração daquela fronteira. Foram analisados os dados geográficos da região, como densidade populacional, o contexto histórico de composição da fronteira como vemos hoje e os aspectos sociais e políticos que viabilizaram a construção e permanência do movimento social *Fronteras Culturales*.

No terceiro capítulo o autor relatou o histórico e o contexto de criação do movimento, as ações desenvolvidas, e o papel da cultura no desenvolvimento e êxito do mesmo. O *Fronteras Culturales* que foi constituído em 2010 por membros da sociedade civil

organizada e também dos poderes públicos que estavam estabelecidos nos municípios que compõem a região fronteira, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio. O movimento teve participação especial no desenvolvimento e alinhamento das políticas públicas culturais pensadas para compreender a fronteira e seus aspectos únicos. A atuação do movimento foi tanto no âmbito federal no Brasil e nacional no Uruguai, quanto local e regional dos municípios fronteiriços, bem como na autonomia das organizações e da liberdade de participação social nos processos decisórios das políticas públicas para a região.

Conforme as concepções utilizadas pelo geógrafo Otto Maull e trazidas por Mattos (2011), as ações oriundas do movimento *Fronteras Culturales* e que agora fazem parte de políticas públicas estatais, caracteriza a mudança recente dos Estados-Nação, que passaram a reconhecer as formas de integração de base das regiões de fronteira, por ser - de certa forma - conveniente e vantajoso para a manutenção das suas relações, auxiliando no fortalecimento da integração regional entre os países fronteiriços. Isso só foi possível, levando em conta que a integração foi considerada uma saída para o crescimento da economia dos países sul-americanos, contra os efeitos eminentes da globalização (LESSA, 2010).

O papel do Estado-Nação será sempre o de fomentar a unidade entre os povos que o compõe, como uma nação de identidade única, sob a argumentação de que para fortalecer o Estado, deve-se ter uma identificação única na sociedade, pois ao se fragmentar a sociedade em grupos étnicos, culturais e sociais acabará ocorrendo rupturas na identidade nacional, provocando desequilíbrios na cultura política liberal adotada pelos Estados-Nação (HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2011).

O que vai na contramão do que ocorre na base da sociedade, a região foco da pesquisa é historicamente uma localidade que possui um grande fluxo social, por conta da sua localização fronteira, que causa uma forte movimentação sociocultural entre as regiões, onde culturalmente não há o reconhecimento por parte da sociedade civil, da fronteira física imposta pelo Estado-Nação.

Conforme Sánchez (2011) as sociedades oriundas das regiões fronteiriças muitas vezes não reconhecem as linhas divisórias estabelecidas pelos Estados-Nação com o intuito de estabelecer um limite de identidade cultural e social de seu território e

respectivamente de seu povo, as ações emanadas dos projetos desenvolvidos pelos movimentos sociais da região da fronteira vão nesse sentido, utilizam como vetor principal o não reconhecimento da faixa de fronteira, considerando o território como único, dividindo costumes, relações sociais e culturais, festividades, laços familiares entre outros pontos de encontros socioculturais.

Como podemos verificar, a sociedade civil foi a grande precursora de todas as ações recentes de integração cultural na fronteira do Brasil com o Uruguai e que posteriormente foram reconhecidas e institucionalizadas pelos seus governos. Ainda assim, o Estado-Nação não reconhece ao todo a complexidade social e cultural presente na região, promovendo muitas vezes, políticas públicas que não contemplam às suas especificidades e não dialogam com as recorrentes transformações e transmutações advindas dos seus atributos históricos, geográficos, econômicos, políticos e sociais (MARCELINO, 2015).

Por outro lado, considerando as abordagens trazidas por Semprini (1999) sobre multiculturalismo, com base nas observações obtidas com a análise do objeto, pode-se dizer que os grupos e movimentos sociais ali presentes por meio da sua produção cultural e social, podem ser caracterizados como espaços multiculturais, pois exalam as diferenças culturais e sociais de seus atores, porém coexistem e defendem as suas especificidades, o que é de difícil alcance para o Estado, por falta de interesse, ocorre de maneira natural e em grande parte pacífica no dia-a-dia da sociedade civil e dos grupos socioculturais presentes na fronteira.

Este trabalho em complementação com uma pesquisa anteriormente executada pelo pesquisador denominada de “Cartografia da Cultura Fronteira”, demonstram-se como ferramentas úteis e importantes de análise da participação da sociedade civil na promoção das políticas de integração cultural e social na região, conforme segue:

Compreendendo que a área cultural necessita de uma política pública eficaz e que atenda as especificidades desse campo, e entendendo também que antes de qualquer ação na área cultural se faz necessário um prévio panorama da situação das instituições, coletivos e espaços culturais, o mapeamento realizado pelo projeto Cartografia da Cultura Fronteira é uma importante ferramenta de subsídio para a atuação dos governos em suas três instâncias e da sociedade civil articulada. Fez-se necessário conhecer os grupos, entidades, aparelhos e agentes culturais que atuam nas cenas locais dos municípios de Arroio Grande e Jaguarão, afim de integrar as informações destes espaços através de uma rede atualizada (MARCELINO; MARCELINO; SANTANA, 2015, p. 266).

O movimento *Fronteras Culturales* demonstrou-se como uma exitosa ferramenta de

promoção da integração cultural na fronteira sul do Brasil e norte do Uruguai, pois conforme o anteriormente exposto, as ações desenvolvidas no âmbito do movimento, como o Seminário de Integração Cultural Brasil-Uruguai, o Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai, o Protocolo de Cooperação Cultural entre outros, promoveram o reconhecimento da fronteira em questão, como um dos principais centros de integração de base cultural no MERCOSUL (ALMEIDA, 2015). Contando hoje com o apoio direto de vários organismos públicos de importância nacional e internacional como os Ministérios da Cultura de ambos os países e do próprio Mercosul, o que de fato agrega valor simbólico sobre a importância das ações desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais.

Cabe ressaltar que, o reconhecimento pelos Estados-Nação dos processos culturais de integração, por meio da promoção de políticas públicas culturais e sociais que fomentem a integração de base, é oriundo de temáticas acordadas anteriormente no âmbito das discussões sobre o Mercosul, conforme demonstra Lessa (2010, p. 53) em referência ao resultado do Encontro de Fortaleza realizado em 1996:

Pensar integração regional do ponto de vista social e cultural, buscando incrementar a troca de experiências políticas e intelectuais, tendo como propósito o exame da possibilidade de criar-se uma rede institucional que contribua para a ampliação do nosso intercâmbio, não só como produtores de bens e serviços, mas também como sócios culturais que compartilham um conjunto de valores comuns. [...] Nossa reunião, portanto, deseja pensar a região e o Mercosul, para além de seu conteúdo econômico (Funag, 1997, p. 15)

O que se observa até a finalização da pesquisa, é que o movimento se desenvolveu de forma favorável e massiva após a ascensão dos governos com perfil de esquerda, tanto no Brasil, quanto no Uruguai. Acreditamos que as novas políticas integracionistas propostas por esses governos, possibilitou o crescimento de movimentos sociais que solicitassem mais políticas públicas que dialoguem diretamente com as suas realidades sociais.

O *Fronteras Culturales* identificou que não era possível continuar aceitando as políticas de cima para baixo, que não levam em consideração a sociedade tão plural e diversa, como é a sociedade fronteiriça. Solicitando políticas públicas que reconheçam a pluralidade e o multiculturalismo como o principal fator para a manutenção do bem-estar social daquela sociedade.

A cultura foi escolhida pelo movimento, como ferramenta importante para obter a atenção dos Estados-nação, já que é ela quem traduz as respostas imediatas de todo o processo de nacionalização, identidade nacional, industrialização e outros vivenciados nos

últimos tempos, que geram conflitos sociais e culturais nas sociedades e que devem obrigatoriamente serem dirimidos pelo poder público.

A principal crítica a se fazer é, até que ponto a participação massiva do Estado na execução das ações que anteriormente eram feitas naturalmente pela sociedade civil, tornam-se positivas no sentido do protagonismo social da sociedade civil que os promoviam, correndo o risco de se perder o principal ponto das ações que é a integração cultural de base e tornando o numa ferramenta de integração cultural de direito, com todas as mazelas e percalços do maquinário político-jurídico-administrativo do Estado-Nação.

Como demonstrado em nosso objeto de estudo, o movimento Fronteras Culturales acabou quando seus dirigentes passaram a valorizar mais as ações desenvolvidas em parcerias e/ou diretamente com o poder público, por meio da criação de documentos jurídicos que regulamentassem e viabilizassem a integração cultural dos dois países, ao invés de permanecer focado nas ações de base, como os projetos desenvolvidos pela própria sociedade civil, e que de fato integravam a população das fronteiras.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Fronteiras Múltiplas, Identidades Plurais**: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

ALBUQUERQUE, José L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1528/1/2005_tese_JLCA.pdf. Acesso em: 13/08/2017.

_____. Fronteiras: Entre os caminhos da observação e os labirintos da interpretação. In: **As ciências sociais nas fronteiras**. Cascavel, 2014. Disponível em: <http://143.54.25.19/base/items/show/3854>. Acesso em 13/08/2017.

ALMEIDA, Ricardo. Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguaí. In: **Fronteiras e relações Brasil-Uruguaí**. Org: MALLMANN, M. I. e MARQUES, T. C. S. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0691-4.pdf>. Acesso em 02/04/2018.

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**: magia y miedo de la metrópolis contemporánea. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, 1996.

BAUER, M. GASKELL, G. ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**; um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

BENTO, Fábio. R. **O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional Sul-Americana**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 6, nº. 27 – 28, p. 40-53, Dez. 2014/Mar. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51125>. Acesso em 02/04/2018.

BETTONI, A. CRUZ, A. **El Tercer Sector en Uruguay**. Montevideu: Instituto de

Comunicación y Desarrollo, 1999.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C; GRAU, Nuria C. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: _____. (Org). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: p.15-48. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1507>. Acesso em: 02/04/2018.

CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. In: MATO, D. (Org). **Cultura, política y sociedade: perspectivas latinoamericanas**. Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

CARVALHO, Beatriz. T; GOIANA FILHO, José. E. A. O papel da cultura nos processos de integração regional: o caso da UNILA. In: **3º Encontro Nacional ABRI 2001**, 2011, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100033&lng=en&nrm=abn . Acesso em 02/04/2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e a sociedade civil. **Site: Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>. Acesso em 07/05/2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FRONTEIRAS/FRONTERAS: Disponível em: <https://www.facebook.com/FronteirasFronteras/>. Acesso em 02/04/2018.

FRONTEIRAS CULTURAIS/FRONTERAS CULTURALES. Disponível em: <https://www.facebook.com/FronterasCulturales/>. Acesso em: 02/04/2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**, vol. 2.. HENRIQUES, L. S. (Trad.); COUTINHO, C. N.; HENRIQUES, L. S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRIMSON, Alejandro. **La nación en sus límites**: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In Anais do I **Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 02/04/2018.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**. Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes**: Del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Ediciones Aka!, 2013.

HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Leonid. E. **Concepciones Acerca de la Región en la Problemática Actual de la Integración Latinoamericana**. Villa Clara. 2011. Tese de Doutorado - Facultad de Ciencias Sociales – Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas. Disponível em: <http://www.eumed.net/tesis-doctorales/2013/lehs/index.htm>. Acesso em 02/04/2018.

INTEGRAÇÃO CULTURAL BRASIL E URUGUAI. Disponível em:

<https://www.facebook.com/integracaoculturalbrasiluruquai/>. Acesso em: 13/08/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 02/04/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. Disponível em:

<http://www5.ine.gub.uy/censos2011/index.html>. Acesso em 02/04/2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN.

Declaração de Montevidéu. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Legislacao_Declaracao_de_Montevideu.pdf.

Acesso em 02/04/2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LESSA, Mônica Leite. **Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural.** Mural Internacionao, Ano 01, nº. 02, p. 50 – 58, 2010. Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322/3923>.

Acesso em 02/04/2018.

MARCELINO, Bruno. C. A; MARCELINO, Isac. M. L; SANTANA, Raicilane. B. J.

Cartografia da Cultura Fronteiriça: A Sociedade Civil e a Promoção das Políticas Culturais. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, Vol. 01, nº. 02, p. 260 – 267, 2015. Disponível em:

<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/180>. Acesso em 02/04/2018.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica** – Vol.01. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen, límites que nos separan.** Montevideo: Imprenta CBA, 2012. Disponível em:

[http://www.cci.edu.uy/sites/default/files/Mazzei,%20E.%20\(2013\).%20Fronteras%20que%20nos%20unen%20y%20%C3%ADmites%20que%20nos%20separan.%20Montevideo%203A%20Imprenta%20CBA.pdf](http://www.cci.edu.uy/sites/default/files/Mazzei,%20E.%20(2013).%20Fronteras%20que%20nos%20unen%20y%20%C3%ADmites%20que%20nos%20separan.%20Montevideo%203A%20Imprenta%20CBA.pdf). Acesso em 02/04/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=2623>. Acesso em: 02/04/2018.

MONTENEGRO, Silvia. (2007). La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: globalización y construcción social del espacio. **XXVI Congreso de la Asociación**

Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-066/871.pdf>. Acesso em: 13/08/2017.

PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai.** Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/685-O_estatuto_da_frenteira_brasil_uruguai.pdf. Acesso em: 02/04/2018.

RIBEIRO, António P. **Uma identidade sem fronteiras.** Site: Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/08/05/jornal/uma-identidade-sem-fronteiras-22613834>. Acesso em: 04/06/2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP.** Vol. 5 (1-2), p. 31-52, 1993. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Modernidade%20Identidade%20Fronteira_TempoSocial1994.pdf. Acesso em: 02/04/2018.

_____. **Refundación del Estado en América Latina:** Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: IDDS, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: _____. FERRAREZI, E. (Org). **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 02/04/2018.

SEMPRINI, Andrea. Espaço Público e Espaço Multicultural. In: **Multiculturalismo.** São Paulo: Edusc, 1999. ovação e ilustração.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** conceitos, tipologias e sub-áreas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, Workshop sobre Políticas Públicas e Avaliação, dez. 2002. mimeo. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 02/04/2018.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02/04/2018.

TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. In: **The Frontier in American History**. New York: Dove, 1996. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/22994>. Acesso em: 02/04/2018.

ANEXOS

Anexo I - Carta da Fronteira Brasil – Uruguai

Os prefeitos, intendentes, alcaides e atores sociais dos municípios e departamentos da fronteira do Brasil e Uruguai, reunidos em Santana do Livramento, no dia 12 de julho de 2010, data a necessidade de promover a integração cultural entre os países, sobretudo na faixa de fronteira.

Considerando que a histórica convivência entre ambos os povos da fronteira Brasil-Uruguai produziu um patrimônio cultural com identidade própria;

Considerando que a fronteira Brasil-Uruguai constitui importante corredor cultural e eixo integrador para o desenvolvimento sustentável no território do bioma Pampa, com suas singularidades e diversidade ambiental e cultural;

Considerando a necessidade de promover a auto-estima e o sentimento de pertencimento, o reconhecimento e a valorização do patrimônio histórico e cultural das comunidades fronteiriças;

Considerando a urgência e importância de fortalecer as ações culturais das comunidades da fronteira, bem como ampliar e democratizar o acesso aos serviços e bens materiais e imateriais, as políticas e programas culturais, e o fortalecimento da economia da cultura, das capacidades de dos saberes locais;

Considerando que o Parlamento do Mercosul aprovou os Pontos de Cultura como importante referência conceitual para multiplicação no âmbito do bloco regional;

Considerando que o Brasil é signatário e membro do Conselho Intergovernamental da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em 2005 e em vigência desde 2007, a qual inclui a responsabilidade de proteger e promover a diversidade cultural do País em suas diferentes regiões e territórios, inclusive as regiões de fronteira;

Considerando que o Brasil assumiu, desde junho de 2010, a presidência pró-tempore do grupo de Ministros da Cultura do Mercosul;

Considerando o avanço da integração do bloco regional, tendo a integração cultural como central para o fortalecimento dos projetos de nação e o desenvolvimento dos países que o integram;

RESOLVEM

- 1) Constituir uma Comissão Binacional integrada pelos agentes públicos e representantes das organizações sociais e culturais da fronteira, com o objetivo de

implementar e efetivar o processo de mobilização, visando a integração cultural entre o Brasil e o Uruguai;

- 2) Reconhecer essa comissão como articuladora de ações que gerem espaços públicos de discussão para a formulação de políticas culturais para a zona de fronteira;
- 3) Solicitar aos governos federal brasileiro e nacional uruguaio que reconheçam a comissão como espaço de interlocução para políticas culturais na fronteira;
- 4) Propor aos governos federal brasileiro e nacional uruguaio, o compromisso dos Ministérios e Órgãos Culturais competentes, com os propósitos listados neste documento, mediante a assinatura de um Acordo ou Protocolo de Cooperação Cultural;
- 5) Criar um Fórum Permanente como indicador de diretrizes de Políticas Públicas de Cultura a serem adotadas pelo Brasil e Uruguai em relação às cidade de fronteira;
- 6) Propor a flexibilização de trâmites burocráticos visando a facilitação do intercâmbio cultural, bem como a integração de um modo geral, a exemplo de iniciativas da súde, priorizando a liberação de recursos próprios para projetos cuja a finalidade seja a valorização da cultura regional fronteira e do bioma Pampa com a consequente valorização do patrimônio material e imaterial, mediante políticas de reconhecimento e ações de restauro, conservação e registro;
- 7) Solicitar a viabilização de programas que garantam suporte e recursos para a elaboração de projetos culturais voltados ao cotidiano dos povos fronteiriços, com ênfase no desenvolvimento sustentável e valorização turística;
- 8) Oportunizar o desenvolvimento cultural por meio do estabelecimento de acordos bilaterais para o fomento à formação artístico cultural mediante o intercâmbio de políticas públicas já adotadas pelos dois países a exemplo de: pontos de cultura, usinas e fábricas culturais, escolas binacionais de arte, feiras do livro binacionais, escolas binacionais de ensino elementar e médio;
- 9) Criar mecanismos que visem à distribuição equitativa dos benefícios e programas culturais com atenção especial à cidades de baixa densidade populacional.

Assinado em Santana do Livramento, 12 de julho de 2010. Entregue aos presidentes do Brasil e Uruguai em 30 de julho de 2010 em Santana do Livramento.

Anexo II - PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DA CULTURA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E

CULTURA DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI A PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS NO ÂMBITO DA CULTURA

O Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e

O Ministério da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai (doravante denominados "Partes"),

Cientes da riqueza cultural e diversidade de expressões de Brasil e Uruguai;

Atentos ao crescente papel da cultura na promoção do desenvolvimento, no fortalecimento da cidadania e no esforço de inclusão social;

Considerando a cultura como elemento essencial na constituição da sociedade e fator de transversalidade na relação entre as distintas instituições públicas;

Conscientes que a dimensão cultural é parte fundamental das relações internacionais e a cooperação constitui um instrumento valioso de diálogo para o desenvolvimento sustentável e a movimentação das atividades econômicas;

Convencidos que a defesa dos direitos culturais como direitos humanos, define uma política orientada a promover a cidadania cultural e assegurar a universalização do acesso a cultura e a equidade na produção e difusão dos bens e serviços simbólicos;

Convencidos que a atuação conjunta entre as Partes permitirá uma visão compartilhada da cultura, em que se reconheçam as identidades locais e se valorize a diversidade cultural;

Considerando que ambos os países são signatários da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005; para a Salva-guarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003; e, para a Proteção do Patrimônio mundial, Cultural e Natural, de 1972;

Reforçando o compromisso de estreitar a cooperação cultural entre ambos os países, em consonância com as propostas advindas da Declaração Conjunta Presidencial de 10 de março de 2009 e amparados no Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, firmado em Montevideú, em 28 de dezembro de 1956;

Considerando que os objetivos deste Protocolo estão de acordo com a agenda conceitual do Mercosul Cultural;

Cientes das propostas destacadas na VII Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai em 2010;

Cientes das demandas apresentadas pelas lideranças municipais propostas na Carta da Fronteira, firmada pelos prefeitos, intendentes, alcaides e atores sociais dos municípios da

fronteira do Brasil e Uruguai, em Santana do Livramento, no dia 12 de julho de 2010, bem como dos resultados da Conferência de Cultura de Fronteira Brasil-Uruguai, realizada nas cidades Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai, nos dias 29 e 30 de agosto de 2010;

Decidem estabelecer o presente Protocolo de Intenções:

1. As Partes concordam em desenvolver ações de cooperação, intercâmbio e divulgação mútua de suas experiências e manifestações culturais; promover a cooperação e o intercâmbio sobre políticas públicas, planos nacionais e programas culturais; cooperar na promoção de ações voltadas para o fortalecimento das atividades culturais em ambos os países, levando em conta a sua diversidade cultural, étnica e lingüística, assim como ações de promoção e proteção de seu patrimônio cultural material e imaterial, de preservação da memória e promoção da cidadania e do desenvolvimento humano sustentável, de comum acordo e dentro dos limites de suas competências e possibilidades.

Intercâmbio de Expressões Artísticas

2. As Partes encorajarão a participação de artistas e grupos artísticos, diretores, técnicos e demais profissionais das artes de seus países em exposições, concertos, espetáculos, oficinas, mostras e outros eventos a serem realizados no território da outra Parte.

3. As Partes buscarão identificar mecanismos que visem a facilitar a circulação de bens e serviços culturais entre os dois países, em articulação com as autoridades diplomáticas, aduaneiras e fazendárias de cada Parte.

Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Culturais

4. As Partes cooperarão na promoção de ações voltadas para o fortalecimento do setor cultural em ambos os países, bem como incentivarão a troca de experiências sobre legislações e mecanismos de incentivo e fomento à cultura e a transversalidade da cultura nas políticas públicas, buscando a definição de conceitos comuns com vistas a institucionalização de programas governamentais orientados para a valorização da cultura. As Partes estudarão as formas de impulsionar o intercâmbio de experiências e assistência técnica em matéria cultural, assim como os indicadores estatísticos em todas as áreas de cultura, envolvendo sempre que possível as instituições acadêmicas e universitárias de ambos os países.

5. As Partes fomentarão o intercâmbio de políticas já adotadas por ambos os países, como Pontos de Cultura, Usina e Fabricas Culturais, Escolas Binacionais de Arte e Feiras de Livro Binacional, entre outras.

Diversidade Cultural e Cidadania

6. As Partes intercambiarão experiências sobre programas de valorização das culturas populares, além de políticas públicas voltadas para a afirmação da cultura como fator de desenvolvimento, construção da cidadania e transformação social.

a. As Partes buscarão promover e fomentar ações de qualificação profissional e a geração de trabalho, emprego e renda no mercado cultural para pequenos e médios empreendimentos.

b. As Partes concordam em reunir esforços para a qualificação dos ambientes das cidades e territórios de identidade cultural, bem como a revitalização do patrimônio histórico e artístico, visando a ampliação da oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção, à memória e à expressão cultural das populações.

c. As Partes fomentarão a criação de redes de organizações sociais voltadas para a construção da cidadania e a transformação social pela cultura.

Culturas Afrodescendentes

7. As Partes comprometem-se a aprofundar a cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas de reconhecimento, promoção, intercâmbio e difusão das culturas afrodescendentes de ambos os países.

a) As Partes estimularão ações que valorizem as práticas culturais de matriz africana e promoverão a construção de um ambiente de interação e discussão favorável à formulação de políticas públicas e ações referenciais na área da cultura afro.

Cultura na Fronteira

8. As Partes comprometem-se a aprofundar a cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas de reconhecimento, promoção e difusão das culturas das regiões de fronteiras de ambos os países e do bioma Pampa com a conseqüente valorização do patrimônio material e imaterial, que formam um corredor cultural com identidade e diversidade próprias.

a) As Partes se dispõem a estimular e fortalecer uma cultura de sustentabilidade regional, tendo como eixos integradores os bens artísticos e culturais reconhecidos e representativos promovendo a auto-estima, o sentimento de inclusão, autonomia, cidadania, protagonismo social e a diversidade cultural.

9. As Partes apoiarão ações de fortalecimento da cidadania e de garantia dos direitos culturais e do direito à memória cultural, bem como a proteção e valorização da diversidade e saberes das comunidades tradicionais e outros grupos presentes na região.

10. As Partes buscarão fortalecer as ações culturais das comunidades da fronteira, bem como ampliar e democratizar o acesso aos serviços e bens materiais e imateriais, às políticas e ações culturais, e fortalecer a economia da cultura, as capacidades e os saberes locais.

11. As Partes buscarão promover ações de fortalecimento das diferentes linguagens artísticas e culturais em geral, bem como a divulgação das manifestações artísticas e culturais regionais, fomentando especialmente a utilização dos canais de comunicação comunitários e educativos, impressos, eletrônicos, radiofônicos e televisivos.

12. As Partes estudarão a possibilidade de criar escolas binacionais de arte que priorizem a inclusão social, em estreita articulação com as instâncias nacionais e locais responsáveis pelo tema educacional em cada uma das Partes.

13. As Partes buscarão promover ações conjuntas de identificação, documentação, pesquisa, proteção, conservação, promoção e difusão do patrimônio cultural material e imaterial, incluindo os saberes referenciados na área de fronteira.

14. As Partes reconhecem a importância da Comissão Binacional, constituída na Carta da Fronteira assinada em Santana do Livramento, em 12 de julho de 2010, integrada pelos agentes públicos e representantes das organizações sociais e culturais da fronteira, com o objetivo de implementar e efetivar o processo de mobilização, visando a integração cultural entre o Brasil e o Uruguai.

a) Cada Parte indicará seus representantes para interlocução com a Comissão Binacional.

Audiovisual

15. As Partes estimularão o intercâmbio de experiências na implementação de políticas públicas e execução de programas e projetos nos diversos segmentos do setor audiovisual.

16. As Partes promoverão ações culturais de integração, especialmente, audiovisuais nas regiões de fronteira.

Patrimônio Cultural

17. As Partes comprometem-se a encorajar o intercâmbio e a cooperação nas diversas áreas do patrimônio cultural, facilitando a troca de informações e de experiências sobre gestão, preservação, salvaguarda e restauração de bens culturais, reabilitação de sítios históricos e áreas urbanas protegidas, registro do patrimônio cultural material e imaterial, cartografia cultural e sistemas de informação para o patrimônio.

18. As Partes apóiam iniciativas de valorização do patrimônio cultural uruguaio e brasileiro, como meio de desenvolvimento e integração regional.

19. As Partes buscarão promover ações educativas, culturais e ambientais que tendam a sensibilização para novos valores e atitudes, de maneira a induzir a produção e o uso econômico e sustentável do patrimônio histórico, ambiental, artístico e cultural.

20. A Parte Brasileira envidará esforços para, no âmbito da gestão do patrimônio cultural, propiciar a participação de agentes públicos uruguaios nas atividades a serem desenvolvidas pelo Centro de Formação para a Gestão do Patrimônio a instalar-se no Rio de Janeiro, no Palácio Gustavo Capanema.

Museus

21. As Partes estimularão a cooperação entre seus museus e o intercâmbio de informações e experiências relativas à conservação de acervos e políticas para a gestão e organização do setor museológico, capacitação e qualificação de recursos humanos para museus, bem como incentivarão a difusão e o intercâmbio de suas manifestações culturais.

22. As Partes comprometem-se a desenvolver ações conjuntas no âmbito do programa Ibermuseus, promovendo a educação e formação de profissionais em técnicas de gestão, e estabelecendo mecanismos para a expansão da capacidade educativa dos museus, bem como para sua divulgação.

Livro, Leitura e Bibliotecas

23. As Partes promoverão o intercâmbio de experiências sobre suas respectivas políticas nacionais de livro, leitura e bibliotecas, prêmios e programas voltados para a universalização do acesso à leitura e construção de indicadores neste segmento, bem como promoverão ações conjuntas nessa área.

Disposições Gerais

24. As Partes comprometem-se a firmar, posteriormente, os instrumentos necessários à implementação das atividades de cooperação técnica e intercâmbio cultural estruturadas à luz deste Protocolo.

a) Tais atividades deverão compor um Plano de Trabalho a ser definido entre as Partes, de comum acordo, a partir das prioridades estabelecidas pelas respectivas áreas técnicas.

25. As questões financeiras e outras condições para a realização das demais atividades previstas pelo presente Programa serão definidas, caso a caso, diretamente pelas Partes interessadas.

26. As diferenças que possam surgir da interpretação ou aplicação do presente instrumento serão resolvidas pelas Partes, de comum acordo.

27. O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de três anos, prorrogável automaticamente por períodos de igual duração, a menos que uma das Partes notifique a outra, por escrito, de sua decisão de denunciar o Protocolo.

28. O presente Protocolo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes, formalizado por meio de comunicação escrita.

29. As Partes poderão denunciar, a qualquer momento, o presente Protocolo. A denúncia não afetará a conclusão das ações de cooperação que tenham sido iniciadas durante a vigência do presente Protocolo de Intenções.

30. As Partes analisarão, no âmbito de suas competências, em cada caso, a forma de concessão de apoio para o ingresso e a estadia das pessoas mobilizadas para o cumprimento do presente Protocolo de Intenções.

Firmado em Montevideu, no dia 30 de maio de 2011, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

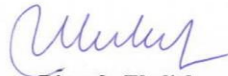
Anexo III – Declaração de Montevideú

DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU

No marco do Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura do Uruguai para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no âmbito da Cultura, assinado pela Senhora Ministra Anna Maria Buarque de Hollanda e o Senhor Ministro Ricardo Erlich em 30 de maio de 2011, ambos os Ministros, acompanhados das suas respectivas delegações, reuniram-se na cidade de Montevideú, em 26 de julho de 2011, para dar continuidade ao Diálogo e a Cooperação em Cultura entre ambos os países.

Durante a reunião realizada no Edifício Sede do MERCOSUL, os Ministros e delegados intercambiaram lineamentos sobre políticas culturais e manifestaram sua intenção de fomentar a integração cultural e promover ações bilaterais, detalhadas no "Plano de Ação para o Diálogo e a Cooperação em Cultura entre Brasil e Uruguai", que segue em anexo. O Plano acordado por ambas as delegações inclui as seguintes áreas: cidadania e diversidade cultural; economia/indústrias criativas; audiovisual; patrimônio cultural; intercâmbio de expressões artísticas; livro, leitura, literatura e bibliotecas; e cultura afrodescendente.

Assinado em Montevideú, em 26 de julho de 2011.



Ricardo Erlich
Ministro de Educação e Cultura
República Oriental do Uruguai



Anna Maria Buarque de Hollanda
Ministra de Estado da Cultura
República Federativa do Brasil

PLANO DE AÇÃO PARA O DIÁLOGO E A COOPERAÇÃO EM CULTURA ENTRE BRASIL E URUGUAI

Aos 26 dias do mês de julho de 2011, as autoridades de Cultura da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, neste ato representadas pela Ministra de Estado da Cultura do Brasil, Senhora Anna Maria Buarque de Hollanda, e pelo Ministro da Educação e Cultura do Uruguai, Senhor Ricardo Ehrlich, reunidas em Montevideu por ocasião da realização do Diálogo Brasil – Uruguai em Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, e respaldados pelo “Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura do Uruguai para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas no âmbito da Cultura”, assinado pela Senhora Ministra Anna de Hollanda e pelo Senhor Ministro Ricardo Ehrlich, no dia 30 de maio de 2011; decidem estabelecer o presente **Plano de Ação para o Diálogo e a Cooperação em Cultura entre Brasil e Uruguai**, para o período 2011-2013.

Cidadania e Diversidade Cultural

1. O Ministério da Cultura do Brasil, por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, e o Ministério de Educação e Cultura do Uruguai, por meio da Direção Nacional de Cultural e da Direção de Centros MEC, concordam em implementar uma Entidade Cultural Binacional, cujo papel primordial será formular e coordenar programas, projetos e ações com foco na diversidade e cidadania culturais, a partir da experiência brasileira dos Pontos de Cultura e das experiências uruguaias das Usinas Culturais e dos Centros MEC. Será constituído um Comitê Gestor, paritário entre os dois países, e caberá ao Comitê, no prazo de um ano:

- a) identificar outras organizações, tais como associações de municípios, universidades, centros culturais, existentes em ambos países que possam contribuir na implementação desta proposta;
- b) elaborar um Plano de Trabalho que defina suas objetivos, estratégias, metas e resultados, favorecendo a ação consorciada entre os municípios fronteiriços de ambos os países;
- c) formular e desenvolver a estrutura organizacional e jurídica da nova Entidade Binacional, estabelecendo missão, estatuto, orçamento, regimento e abrangência;
- d) implementar, como iniciativa piloto, duas “Usinas/Pontos Culturais Móveis” e duas fixas de fronteira, preferencialmente nas regiões norte e leste do Uruguai, para trabalhar em ações de intercâmbios culturais fronteiriços entre ambos os países.

2. As partes comprometem-se a colaborar com o “*Movimiento Cultural Fronteras*”, criado em 2010 e que envolve cerca de 20 municipalidades uruguaias e brasileiras, para desenvolver ações conjuntas e executar políticas públicas de cultura para a região fronteira entre Brasil e Uruguai.

3. As partes se comprometem a fomentar encontros binacionais de arte e juventude, bem como desenvolver um programa de residência de coletivos de jovens e escolas de arte e cultura que desenvolvam programas de cidadania.

Economia Criativa

1. A Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura do Brasil e a Direção Nacional de Cultura do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai afirmam o interesse em trabalhar de forma conjunta para a institucionalização de territórios criativos fronteiriços, por meio do mapeamento e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL's) e cidades/territórios criativos. Propõe-se, para a primeira etapa, o mapeamento das vocações culturais da região de Lagoa Mirim e de seus potenciais econômicos - geração de ocupação e renda, viabilidade comercial, sustentabilidade ambiental, etc. - para, posteriormente, serem implementados mecanismos e instrumentos de fomento e de assistência técnica, consultoria e treinamento, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos criativos de ambos os países.
2. No campo da pesquisa e monitoramento da economia criativa, as partes estudarão a viabilidade de construir parcerias entre seus observatórios e universidades para o desenvolvimento de metodologias comuns, envolvendo produção, processamento e análise de dados, informação e indicadores no âmbito cultural/criativo; com o objetivo de identificar necessidades básicas e de infra-estrutura, bem como consolidar os sistemas nacionais de informação e suas respectivas contas satélites.
3. As partes acordam estudar a criação de agências de serviços de suporte ao empreendedor criativo ("*International Creative Bureau*"), no Brasil e no Uruguai, para a prospecção e intercâmbio de oportunidades de negócios e empreendimentos criativos; capacitação e intercâmbio de profissionais criativos brasileiros e uruguaios; difusão de experiências e metodologias exitosas na gestão de empreendimentos criativos dos dois países; assessoria jurídica e de modelos de negócios; linhas de crédito, balcão de emprego e de exportação; a articulação de feiras de negócios binacionais de segmentos criativos, entre outros.
4. As partes estudarão a criação de uma certificação de qualidade de produtos e serviços criativos no Brasil e no Uruguai, podendo a experiência ser posteriormente ampliada para os demais países do MERCOSUL Cultural.

Audiovisual

1. A Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil e o Instituto de Cine e Audiovisual do Ministério de Educação e Cultura do Uruguai se comprometem a aprofundar a cooperação bilateral e com a perspectiva de que estas ações também incentivem o multilateralismo, especialmente em âmbito regional (RECAM, CACI), otimizando o intercâmbio público-público e público-privado na geração de novos modelos e programas.
2. As partes coincidem em desenvolver programas de cooperação nas áreas de animação, vídeo-jogos, patrimônio audiovisual e fronteiras, bem como projetos para a formação técnica e profissional.
3. As partes acordam implementar programas que incentivem a geração e circulação de conteúdos, tendo como antecedentes a experiência brasileira do Anima TV e do DOCTV Latino-Americano como modelo aplicado a animação e vídeo-jogos.

4. As partes acordam realizar intercâmbio sobre mecanismos e recursos que fortaleçam a conservação, preservação e catalogação do patrimônio audiovisual.

Patrimônio Cultural

1. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN) e a Comissão do Patrimônio Cultural da Nação do Uruguai (CPCN) reconhecem a importância de se executar de forma conjunta ações de reconhecimento, proteção, restauração e preservação do patrimônio cultural comum, material e imaterial, com ênfase na inclusão social e no desenvolvimento local da região fronteira entre Brasil e Uruguai, destacando-se a Ponte Internacional Mauá.
2. As partes acordam fortalecer ações patrimoniais relacionadas com a bacia da Lagoa Mirim, por meio da realização de um inventário de referências culturais na zona de Cerritos de Índios e lagoas atlânticas.
3. As partes estudarão meios para incrementar a formação de quadros brasileiros e uruguaios para a gestão do patrimônio e fortalecimento institucional, usufruindo da estrutura do Centro Lúcio Costa de Formação para a Gestão do Patrimônio, sediado no Rio de Janeiro.
4. As partes realizaram missões técnicas para o intercâmbio de experiências na área de patrimônio, bem como para desenvolver projetos de cooperação bilateral. Ademais, se comprometem a coordenar a atuação conjunta em organismos multilaterais, promovendo a utilização de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento de projetos comuns.
5. As partes trabalharão na elaboração de critérios que integrem um protocolo para criação de uma Bienal de ações sobre patrimônio cultural da América do Sul, na qual se destaque, se difunda e premie as melhores práticas patrimoniais que envolvem os habitantes, promovendo a inclusão social.

Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas

1. A Biblioteca Nacional do Brasil e a Biblioteca Nacional do Uruguai acordam trabalhar conjuntamente em técnicas de conservação de coleções e em políticas de digitalização; na criação e promoção de conteúdos digitais de relevância para a cultura regional; e na harmonização de legislações relativas ao direito de autor. Neste sentido, estudarão a possibilidade de concretizar um acordo de cooperação técnica entre Brasil, Uruguai e Argentina.
2. As partes promoverão o intercâmbio de experiências relativas à implementação de planos e programas de fomento e promoção da leitura, como, por exemplo, o Plano Nacional do Livro e Leitura e o Programa Agentes de Leitura, ambos do Brasil.
3. As partes concordam em implementar bibliotecas na zona de fronteira, equipadas com acervo bibliográfico bilíngüe, mobiliário e equipamentos de informática, de modo a potencializar a interação e o diálogo, fortalecer laços culturais, promover o idioma e a literatura de ambos os países.

4. As partes estudarão mecanismos oficiais para apoio a projetos de intercâmbio voltados à produção criativa, cadeia do livro, tradução, capacitação e residência literária, no Brasil e no Uruguai.

5. As partes envidarão esforços para a realização de feiras de livros binacionais em toda a fronteira entre Brasil e Uruguai, incluindo seis municípios de cada país.

Intercâmbio de Expressões Artísticas

1. A Fundação Nacional de Artes do Brasil (Funarte), a Direção Nacional de Cultura do Uruguai e o Serviço Oficial de Radiodifusão e Espetáculos (SODRE) se comprometem a trabalhar conjuntamente no desenho de um sistema de residências e oficinas binacionais de formação artística.

2. As partes acordam em realizar, no mês de março de 2012, um encontro para a discussão e intercâmbio sobre políticas de gestão cultural entre ambos os países.

3. Considerando a inauguração do Instituto Nacional de Artes Cênicas em Montevidéu, as partes acordam realizar em suas instalações uma oficina sobre a obra de Nelson Rodríguez, tendo como contrapartida uma semana de dramaturgia uruguaia no Brasil.

4. As partes se comprometem a fomentar co-produções binacionais e a realização de recitais conjuntos, com o objetivo de promover uma maior integração entre os artistas de ambos os países, bem como o intercâmbio de informações sobre suas atuações artísticas e a coordenação de calendários entre os países.

5. As partes acordam em realizar a apresentação, no Uruguai, da participação brasileira na Quadrienal de Praga, ganhadora da Triga de Ouro, prêmio máximo da quadrienal.

6. As partes decidem promover coproduções de espetáculos de artes cênicas e música entre o Serviço Oficial de Radiodifusão e Espetáculos (SODRE) e teatros brasileiros.

7. As partes acordam realizar, no ano de 2011, um encontro de teatros dos dois países para a troca de experiências sobre estrutura organizacional e corpos estáveis, especialmente em âmbito público. Ademais, desenvolverão programas binacionais para formação de plateia.

Cultura Afrodescendente

1. As partes concordam em promover a cooperação no tema de descendência africana através do Programa Ponte Cultural, proposto pela Fundação Cultural Palmares, do Brasil, cujo objetivo é promover o fluxo contínuo de intercâmbio de experiências e do conhecimento dos eventos culturais africanos realizados nos dois países nas áreas de gastronomia, música, dança, tradições orais, literatura, capoeira, audiovisual, artesanato, teatro, esportes, entre outros; por meio de oficinas, residências artísticas, debates, espetáculos, exposições e/ou publicações conjuntas.

Fomento a Cooperação Cultural Bilateral

1. As partes concordam em estudar a viabilidade de constituição de um fundo bilateral para o financiamento dos projetos de cooperação cultural acordados entre ambos os países.
2. As partes acordam incluir nas próximas reuniões bilaterais os temas de conteúdos culturais e veículos públicos de difusão.

Anexo IV – Programa do Calendário de Integração Cultural Brasil – Uruguai

CALENDÁRIO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL Brasil-Uruguai

Veja os eventos que formam o Calendário da Integração Cultural 2014:

mar
Carnaval Internacional
Queral - Arriegas Livramento - Rivera Jaguarão - Rio Branco e Santa Vitória do Palmar - Chuy
Um carnaval popular e de rua acontece em toda a faixa de fronteira. Os eventos reúnem as escolas de samba e os blocos eletrônicos brasileiros, junto com as "comparsas" e as "murgas" uruguias. Em datas diferenciadas, o público também pode desfrutar dos espetáculos das "murgas" e dos grupos de canto popular nos "tánderes" juntos aos clubes uruguaios ou do desfile das escolas de samba, no lado brasileiro.

abr
Semana da Integração Cultural
Santa Vitória do Palmar - Chuy
A Semana do Turismo do Uruguai coincide com a Semana Santa. As praias brasileiras e uruguias e os festivais ficam repletos de turistas. A primeira edição da Semana de Integração Cultural vai reunir shows musicais (pop, rock, tangô etc), espetáculos de teatro e de dança, com artistas dos dois países, além da tradicional representação da Pádua de Chuy. Os eventos estão programados para a Barra do Chuy e Santa Vitória do Palmar.

abr
Festival Internacional de Pandorgas
Livramento - Rivera
Há algumas décadas, durante a Semana Santa, diferentes tipos de "cometas" (em castelhano) são vendidos nas cidades e nos arredores das duas cidades, que depois povoam o céu da fronteira. Livramento-Rivera é uma referência na arte de confeccionar e levantar pandorgas e um concurso premia os melhores "pandorgueiros".

mai
Seminário 2014: Protocolo de Intenções Culturais Brasil-Uruguai
Jaguarão - Rio Branco
O Seminário de Integração Cultural está na sua 3ª edição. Está se consolidando como um momento de avaliação, de planejamento e de definição da política de integração cultural na fronteira. O protagonismo é das comunidades e dos governos locais, que trocam experiências e também fazem interação com as universidades e os governos estaduais e federal, do Brasil, e nacional, do Uruguai.

jun
Mostra Binacional de Teatro
Livramento - Rivera
Em sua segunda edição binacional, o Mucha Mente - Mostra Binacional de Teatro - reúne grupos teatrais da região fronteira e dos dois países para apresentações gratuitas ao público adulto e infantil. Também serão oferecidas palestras, oficinas e cursos durante o ano. A mostra está se configurando como uma referência na troca de experiências entre artistas e público formado por brasileiros e uruguaios.

ago
Festival Gastronomia de Gastronomia
Livramento - Rivera
Na primeira edição do festival, será possível degustar pratos típicos e degustar de excelentes vinhos produzidos na região. O evento pretende movimentar a economia regional, com o envolvimento da rede de hotéis e restaurantes. Também serão oferecidas aulas-shows para o grande público e oficinas gratuitas de gastronomia regional.

ago
Semana de Integração da Cultura Gaúcha
Livramento - Rivera / Acopua - Acopua
Durante uma semana, diversas entidades tradicionais promovem atividades artístico-culturais em seus Centros de Tradições e no Parque Internacional. Brasileiros e uruguaios desfilam juntos a cavalo pelas ruas das cidades compartilhando as heranças dos dois países e exaltando a cultura gaúcha/gaúcha.

set
Semana de Integração da Cultura Gaúcha
Livramento - Rivera / Acopua - Acopua
Durante uma semana, diversas entidades tradicionais promovem atividades artístico-culturais em seus Centros de Tradições e no Parque Internacional. Brasileiros e uruguaios desfilam juntos a cavalo pelas ruas das cidades compartilhando as heranças dos dois países e exaltando a cultura gaúcha/gaúcha.

set
Semana de Integração da Cultura Gaúcha
Livramento - Rivera / Acopua - Acopua
Durante uma semana, diversas entidades tradicionais promovem atividades artístico-culturais em seus Centros de Tradições e no Parque Internacional. Brasileiros e uruguaios desfilam juntos a cavalo pelas ruas das cidades compartilhando as heranças dos dois países e exaltando a cultura gaúcha/gaúcha.

out
Exposição Feira Agropecuária
Bagé
Em sua 10ª edição, o evento mostra a pujança da cultura do agronegócio e a sua relação com o desenvolvimento de toda a região. Anualmente, mais de cem mil brasileiros e uruguaios vêm à ExpoFeira para realizar negócios, mas também para desfrutar de uma programação que inclui lazer, diversão e gastronomia. A feira se tornou uma importante fonte de conhecimento para estudantes e uma comunidade de estágio para cultura gaúcha/gaúcha.

nov
Festa Internacional do Churrasco Bagé
Todos os anos, milhares de pessoas são atraídas a Bagé para saborear "o maior churrasco do mundo". O evento conta com diferentes atrações, como acampamento, shows, concurso de trova, passeios a cavalo e de campo, cancha rede e visitas à cidade cenográfica de Santa Fé.

nov
Feira Binacional do Livro
Livramento - Rivera
Na sua quinta edição, a feira reúne no Parque Internacional escritores, artistas e pesquisadores brasileiros e uruguaios que compartilham com o público adulto e infantil uma programação de palestras, shows artísticos, contação de histórias e oficinas gratuitas.

dez
Festival Internacional do Balonismo Acopua - Acopua
Há cinco edições, durante a semana que antecede o Natal, balões sobrevolam os campos, os marcos que delimitam a faixa de fronteira e o Castelo Internacional, que fica entre as duas cidades gêmeas. Além de passeios de balão, a programação do evento prevê diversas atividades artísticas, esportivas e de lazer, com a participação de brasileiros e uruguaios. Um belo espetáculo para o turista.

Anexo V – Relatório final Jornada Fronteiras Culturais/*Fronteras Culturales*

Relatório da Jornada Fronteiras Culturais/*Fronteras Culturales*

Realizada no dia 5 de agosto de 2017, como parte da programação do IV Festival Binacional de EnoGastronomia e Produtos do Pampa. Fronteira Rivera (Uruguai) / Santana do Livramento (Brasil).



Considerando que:

- O Fronteiras Culturais/*Fronteras Culturales* é um movimento autônomo, formado por artistas, produtores, mestres e pesquisadores da cultura popular. Seus membros também atuam nos diferentes coletivos culturais e na gestão pública defendendo a cultura como política de Estado e não de governos. Ou seja, a cultura como um direito cidadão;
- O propósito do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* é a realização de ações, atividades e eventos de integração cultural e a implementação de políticas públicas e/ou autônomas junto às instituições estatais e/ou privadas, nas diferentes escalas municipais, departamentais, estaduais, nacionais, supranacionais, na articulação e integração entre essas instâncias;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* contribui para que os projetos e as ações existentes sejam reconhecidos e fomentem a formação de corredores da integração cultural, respeitando a singularidade e a diversidade de cada iniciativa;
- A cultura fronteiriça é concebida como a expressão simbólica dos bens, dos saberes e dos fazeres transfronteiriços existentes nos territórios de fronteira nacional, ou não, reconhecendo a sua diversidade regional, suas raízes e também suas novas versões;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* defende uma concepção de cultura para além das artes, sem desconsiderá-las, pois entende que todos os saberes, os sabores, as paisagens e as formas do fazer cultural dialogam entre si;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* fundamenta os seus projetos e as suas ações na Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, na Carta da Fronteira, documento assinado por vários prefeitos, intendentes e alcaides da região e entregue aos presidentes José Pepe Mujica e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, e no Protocolo de Intenções Culturais Brasil-Uruguai, assinado em 2011 pela presidenta Dilma Roussef e pelo presidente José Pepe Mujica;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* busca a dimensão da integração cultural de cada plano, projeto, ação e/ou evento por meio dos seguintes critérios: 1) o viés simbólico da integração cultural, 2) o potencial de geração de trabalho e renda em ambos lados da fronteira e 3) a participação cidadã (binacional). A partir desses critérios é possível considerar que um projeto está apenas na fase de concepção, que ele faz parte de algum tipo de intercâmbio e de cooperação, ou que já alcançou a sua fase mais avançada: o da convivência cultural;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* reconhece as autonomias dos projetos de integração cultural e busca a máxima convergência possível entre eles;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* reconhece que a unidade do movimento se dá por meio da realização de projetos de integração cultural e respeita todas as opiniões de cunho democrático e agregador;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* mantém uma relação republicana e democrática entre os diferentes agentes e coletivos culturais, independente desses fazerem parte do movimento;
- O Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* reconhece e incentiva a criação de Comissões Binacionais de Fronteira, com a participação de artistas, produtores, mestres, pesquisadores e coletivos culturais, juntamente com poderes públicos, desde que eleitos democraticamente.

Propomos como estratégias de organização:

1. A criação de núcleos municipais do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales*, localizados ou não nas fronteiras nacionais;
2. O mapeamento de corredores da integração cultural amplos e dinâmicos, a partir de temas e projetos que dialoguem entre si, na fronteira Brasil-Uruguai, nas capitais e, futuramente, em outras regiões de fronteira;
3. A realização de encontros via ferramentas web (Skype, WhatsApp ou outra), no mínimo a cada dois meses, com a participação de um(a) representante por município. Pauta: trocar informações e planejar novas ações/atividades conjuntas;
4. A elaboração de um plano de comunicação (interna e externa) para a rede Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales*, utilizando diferentes ferramentas;

5. A criação de um site do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* e a publicação de documentos de análises e discussões no Portal Unbral Fronteiras e em outras mídias;

6. A criação e disponibilização de um banco de talentos (artistas, produtores, mestres, pesquisadores e coletivos culturais) que aderiram ao movimento Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales*;

7. Buscar a máxima cooperação possível entre os projetos existentes nos municípios e a interação com os movimentos culturais, os governos e as universidades.

Propomos as seguintes ações imediatas:

8. A realização de atividades de integração cultural e artística no dia 12 de outubro de 2017, Dia das Américas. Essa atividade pode, dentro do possível, ser realizada junto com outras organizações e coletivos culturais dos municípios e das regiões;

9. A realização de reuniões do núcleo do Fronteiras Culturais/*Fronteras Culturales* em cada município até o final do mês de setembro de 2017;

10. A elaboração de planos de integração cultural locais e regionais, com atividades próprias e a participação em atividades realizadas por outros coletivos e instituições, em cada município e/ou região;

11. A divulgação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, da Carta da Fronteira, de 2010 e do Protocolo de Intenções Culturais Brasil-Uruguai, de 2011, em cada município e região;

12. A divulgação das deliberações do III Seminário de Integração Cultural Brasil-Uruguai, realizado em 2014, pois este seminário traduziu as diretrizes da Carta da Fronteira e do Protocolo de Intenções Culturais em alguns projetos viáveis;

13. A reflexão sobre o PROPÓSITO, os CRITÉRIOS e as diretrizes do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales*.

Propomos como estratégia de médio e longo prazos:

14. A construção de um novo Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai, junto com as universidades, as organizações locais, regionais, nacionais e/ou internacionais. Este calendário é aberto e poderá receber novas atividades/ações/eventos que se afinarem com o propósito e os critérios de seleção aprovados;

15. A elaboração e a disponibilização de um questionário on-line para subsidiar a construção do novo Calendário de Integração Cultural Brasil-Uruguai;

16. A publicação do Calendário de Integração Cultural no "Pasaporte hacia la Frontera" do Observatório de Fronteiras Brasil-Uruguai-CEFIR/CAF, e em outros portais, blogs, jornais e revistas digitais;

17. A construção da "Rota dos Tambores", envolvendo artistas, produtores e coletivos culturais de Montevideo, Porto Alegre, Bagé, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Artigas, Rivera, Minas de Corrales e outros municípios da fronteira Brasil-Uruguai. Essa rota pode incluir diálogos, oficinas e apresentações em cada município;

18. O apoio às atividades que difundem o candombe em Rivera, Bagé, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Chuy, Rocha e Pelotas, junto às manifestações artísticas que já existem nestas cidades, assim como em Porto Alegre e Montevideo;

19. A promoção de apresentações artísticas, oficinas e reflexões junto com os povos indígenas e de matriz africana, assim como a construção de um discurso que reconheça a diversidade cultural;

20. A construção de um discurso de integração transversal e necessária sobre a questão de gênero nas atividades culturais, nos projetos de educação e comunicação, nas apresentações artísticas e oficinas;

21. O reconhecimento e o apoio aos Pontos de Cultura que atuam na fronteira e que realizam atividades de integração cultural. Dialogar com a Direção Nacional de Cultura do Uruguai sobre o seu plano de Pontos de Cultura que deve ser implantado em 2018, promovendo a criação de Pontos de Cultura com caráter transfronteiriço e binacional;

22. Reinvidicar a nomeação do Comitê Gestor da Política Cultural Viva pela Secretaria de Cultura RS, pois, em função disso, 150 organizações culturais do Rio Grande do Sul não conseguem acessar recursos do FAC Fundo de Apoio à Cultura, conforme a Lei Estadual Cultura Viva;

23. A elaboração e a proposição de políticas públicas nos parlamentos municipais, estaduais, departamentais, nacionais e no Parlasul (Parlamento do Mercosul) que favoreçam a integração cultural em cada região de fronteira;

24. Reinvidicar o apoio dos governos, das câmaras de vereadores, dos consulados e das universidades para que os artistas, produtores e coletivos culturais autônomos recebam recursos para subsidiar o transporte, a alimentação e a hospedagem quando forem participar de reuniões, jornadas e outras atividades de integração cultural.

Mais páginas...

Continuação...

Propomos estas ações como salvaguardas da memória e do patrimônio:

25. Divulgar os resultados das oficinas realizadas nas fronteiras Jaguarão/ Rio Branco e Chuí/Chuy, executadas pelos laboratórios de pesquisa e de extensão da FAURb/UFPeL, NEAB (Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira) e LabURB (Laboratório de Urbanismo) através das ações do PROEXT (Programa de extensão do MEC) Preservação do Patrimônio Edificado na Região da fronteira Brasil-Uruguai (2016/2017);

26. Promover as oficinas PROEXT/FAURb/UFPeL no sentido de contribuir para a discussão sobre as instalações prediais dos *freeshops* nas cidades de fronteira dos dois países e suas intervenções na paisagem urbana (acessibilidade, centralidade, conectividade, forma urbana, aparato publicitário, colorística, etc);

27. Divulgar as oficinas que serão realizadas nos municípios de Melo (Cerro Largo) e Bagé (Brasil), executadas por técnicos definidos através do Projeto Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço, apoiado pela ABC Agência Brasileira de Cooperação com o apoio do IPHAN e IPHAE;

28. Definir critérios para normatização das intervenções arquitetônicas e urbanísticas nessas áreas, não só na volumetria, mas também nas fachadas novas e pré-existentes;

29. Propor a inclusão da disciplina de preservação do patrimônio nos cursos de edificações dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSul e demais cursos que tratam do estudo das paisagens urbanas das cidades de fronteira;

30. Apoiar e divulgar as ações de técnicos brasileiros e uruguayos em preservação do patrimônio que já vem contribuindo no mapeamento e registro (inventários, planos, projetos, publicações de manuais e propostas de normas) dos bens culturais nos municípios de fronteira, no sentido de valorizar as "boas práticas", a exemplo dos trabalhos realizados pela prefeitura de Bagé/BR e a intendência de Melo - Cerro Largo/UY;

31. Aprofundar a discussão da preservação dos bens culturais no sentido de serem traçados Planos Diretores que regulamentem as intervenções no patrimônio edificado, bem como, propor a integração de projetos entre os dois países, principalmente nos municípios de fronteira, e a criação de um comitê específico que dê conta do caráter binacional;

32. Reivindicar junto ao IPHAN/BR, a exemplo das ações implementadas em Jaguarão, programas de preservação nas cidades de fronteira com incentivos e apoio de cursos na formação de mão de obra especializada para a manutenção e a preservação dos bens culturais, assim como, propor ao Uruguai efetiva atuação da Comisión Nacional de Patrimonio/UY, nos departamentos uruguayos;

33. Reivindicar junto ao IPHAE, o seu comprometimento nas ações de preservação já realizadas nas cidades de fronteira, como inventários de reconhecimento do patrimônio edificado, sob pena de perda desses bens arrolados (propostas por órgãos colegiados da construção civil) por falta de proteção mais eficaz;

34. Elaborar moção de "Declaração de Interesse Cultural" dos bens culturais dos municípios de fronteira que estão sendo extintos e substituídos por uma arquitetura baseada em padrões internacionais, sem relação cultural com o lugar;

35. Propor um inventário com mapeamento e registro dos marcos de fronteira e suas linhas imaginárias, que estão muitas vezes nas terras de um mesmo proprietário;

36. Apoiar a consolidação do grupo binacional do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB em formação na fronteira Livramento-Rivera e divulgar essa proposta para os demais municípios da região;

37. Reivindicar o reconhecimento e a declaração patrimonial dos "portunhóis" no Uruguai, no Brasil e nos países que formam o Mercosul;

38. Propor que as declarações patrimoniais binacionais sejam incorporadas nas legislações do Uruguai e do Brasil, constituindo novos Marcos Legais;

39. Juntar todo o material sobre as culturas de fronteira e disponibilizá-lo (via um portal web) como parte da elaboração e construção de uma Cartografia Cultural da Fronteira, reivindicada desde 2010 pelo Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales*.

Propomos como estratégia para a ampliação do movimento:

40. A solicitação de participação de um representante do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* no Comitê Gestor de Políticas Estaduais do Rio Grande do Sul;

41. O acompanhamento e a divulgação do Plano Diálogo da Fronteira, elaborado em 2016 para a UNESCO e o MinC, que contempla planos, projetos, ações e eventos para as fronteiras do Brasil com os demais países da América do Sul;

42. O apoio e a participação no Seminário de Estudos Fronteiriços, em Corumbá, MS e em outros seminários, aprofundando a reflexão sobre o movimento Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* e divulgando sua existência;

43. O acompanhamento e a participação no Seminário sobre as Fronteiras, da Universidade Federal de Goiás, à realizar-se nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2017;

44. O apoio à pesquisa sobre as fronteiras em geral e, em particular, ao Portal Unbral Fronteiras - Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras;

45. O reconhecimento das escolas como lugares em que a cultura transfronteiriça pode se capilarizar, para além do fortalecimento dos idiomas e dos nacionalismos. Nesse sentido, os núcleos apoiarão propostas para que prefeituras, Intendências e outros agentes implantem o programa Escolas Interculturais de Fronteira;

46. A realização de atividades de integração cultural junto às escolas uruguayas que ensinam português (das 80 escolas primárias de Rivera 76 já ensinam o português), e brasileiras que ensinam espanhol;

47. O apoio e a divulgação do projeto de mobilidade sustentável elaborado pela prefeitura de Bagé sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para criar a primeira Ciclovia Binacional do Pampa (Bagé/Aceguá-BR/UY-Melo) através da Rodovia Panamericana (trecho entre a BR-153 e Ruta 8) que liga o município de Bagé, no Rio Grande do Sul, ao município de Melo, no Uruguai;

48. O apoio e a participação do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* na oficina relacionada ao cinema e audiovisual, na Feira do Livro de São Gabriel, de 4 a 8 de outubro de 2017;

49. O apoio e a divulgação dos programas "Cantos do Sul da Terra", da FM Cultura, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Estão disponibilizados no site da emissora e página do Facebook.

Propomos divulgar e ampliar a participação nas seguintes ações e eventos:

- Mostra Binacional de Teatro Mucha Merde, Rivera-Livramento. Também apoiar a realização de outras mostras e oficinas binacionais na região da fronteira;

- Festival Internacional de Cinema da Fronteira, Bagé, Aceguá, Acegua, Vichadero, Pelotas, Rivera, Livramento e Melo. Apoiar a produção de cinema na região da fronteira através de palestras, oficinas e atividades do Ponto de Cultura Pampa Sem Fronteiras;

- Festival Internacional de Música no Pampa, Bagé. Apoiar a realização de apresentações musicais, palestras e oficinas;

- Seminário *Jodido Bushinshe*, sobre os "Portunhóis", em Rivera. Apoiar a realização de outros seminários e oficinas similares nos demais municípios;

- Festival de EnoGastronomia e Produtos do Pampa (Rivera-Livramento). Apoiar a realização de outros festivais e oficinas binacionais na região da fronteira;

- Carnaval Internacional (Jaguarão-Rio Branco, Rivera-Livramento, Artigas-Quaraí). Apoiar a realização de palestras e oficinas sobre as Escolas de Samba brasileiras, e as murgas e comparsas uruguayas;

- Semana da Cultura Gauchesca (Rivera-Livramento, Aceguá-Acegua). Propor um dia para a reflexão sobre a origem do termo *gaúcho/gaúcho* e também do gentílico no Rio Grande do Sul;

- Seminários e oficinas binacionais itinerantes sobre a Memória e o Patrimônio, e também promover declarações patrimoniais binacionais. Atividades podem ser realizadas mediante percursos que integrem as cidades de fronteira, com registros e análise comparada;

- Projeto Tejado a Mano, em Rivera-Livramento. Incentivar a realização destes eventos e oficinas em outros municípios da fronteira;

- Jornadas e oficinas itinerantes do Fronteiras Culturais / *Fronteras Culturales* nos municípios que promovem ações, atividades e eventos de integração cultural.

Representantes de núcleos municipais presentes:

Do Uruguai: Rivera / Melo / Río Branco / Montevídeo

Do Brasil: Livramento / Bagé / Jaguarão / São Gabriel / Pelotas / Santa Maria / Porto Alegre



